



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA



Relatório de Gestão 2019



RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO DE 2019

Praça do Município - 5150 - 642 Vila Nova de Foz Coa
Tel. 270 760 400 - Fax 279 760 438 Email: correio@cm-fozcoa.pt - www.cm-fozcoa.pt

[Handwritten signatures and initials]



ÍNDICE GERAL

1 - INTRODUÇÃO	6
1.2 - CONSIDERAÇÕES GERAIS	7
2 - ANÁLISE ORÇAMENTAL	8
2.1 - EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO	9
2.2 - EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - ÍNDICE DE EXECUÇÃO.....	10
2.3 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS.....	12
3 - ANÁLISE PATRIMONIAL.....	26
3.1. - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS -	27
3.2 - EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	28
3.3- ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA	28
3.4 - PROPOSTA PARA A APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO ANO DE 2019.....	30
CONCLUSÃO.....	31
4 - BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	32
4.1- BALANÇO	33
4.2. - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	37
5 - MAPAS RESUMO DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL	38
5.1. - CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA	39
5.2. - CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA	44
5.3. - RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	48
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	49



ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Execução das GOP'S	9
Gráfico 2 - Execução do PPI.....	10
Gráfico 3 - Evolução das Receitas	13
Gráfico 4 - Fundos Municipais.....	15
Gráfico 5 - Execução Orçamental da Despesa	17
Gráfico 6 - Despesa Corrente e Capital	18
Gráfico 7 - Estrutura de Resultados	29
Gráfico 8 - Dívidas a Curto, Médio e Longo Prazos	75



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura e Execução do Investimento por Funções - Ano de 2019	11
Quadro 2 - Mapa comparativo da evolução da Execução do PPI.....	11
Quadro 3 - Execução Orçamental da Receita.....	12
Quadro 4 - Evolução das Receitas (2008 a 2019)	13
Quadro 5 - Fundos Municipais.	14
Quadro 6 - Execução Orçamental das Despesas	15
Quadro 7 - Evolução da Despesa	16
Quadro 8 - Despesas Correntes e Capital	17
Quadro 9 - Princípio do Equilíbrio - Execução Orçamental.....	18
Quadro 10 - Equilíbrio Orçamental.....	19
Quadro 11 - Limite da Dívida Total	20
Quadro 12 - Despesas com Pessoal (2018 e 2019)	21
Quadro 13 - Rácios de Estrutura da Receita	22
Quadro 14 - Rácios de Estrutura da Despesa	22
Quadro 15 - Resumo dos Fluxos de Caixa	23
Quadro 16 - Operações de Tesouraria	25
Quadro 17 - Variações Patrimoniais	27
Quadro 18 - Rácios de Gestão Financeira.....	28
Quadro 19 - Resumo dos Rácios	29
Quadro 20 - Balanço	36
Quadro 21 - Demonstrações de Resultados	37
Quadro 22 - Mapa de controlo Orçamental da Receita.....	43
Quadro 23 - Mapa de controlo Orçamental da Despesa.....	47
Quadro 24 - Mapa Resumo dos Fluxos de Caixa	48
Quadro 25 - Imobilizado Corpóreo	61
Quadro 26 - Imobilizado em Curso	62
Quadro 27 - Imobilizado Incorpóreo.....	62



Quadro 28 - Amortizações Acumuladas.....	63
Quadro 29 - Entidades Participadas	65
Quadro 30 - Fundo Patrimonial.....	66
Quadro 31 - Demonstração do CMVMC	67
Quadro 32 - Demonstração de Resultados Financeiros	67
Quadro 33 - Demonstração de Resultados Extraordinários.....	68
Quadro 34 - Dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos	72
Quadro 35 - Outras Dívidas a terceiros 2019.....	74
Quadro 36 - Recebimentos e Pagamentos a 31/12/2019	77
Quadro 37 - Posição dos projetos candidatos em 31/12/2019	78
Quadro 38 - Prazo Médio de Pagamentos.....	78



1 - INTRODUÇÃO

Nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro (Novo Regime jurídico das Autarquias Locais) é da competência da Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal.

Um dos documentos de prestação de contas é o Relatório de Gestão, cujo conteúdo deve contemplar os aspetos referenciados no ponto 13 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL). Para além disso, deve conter um conjunto de informações que reflitam a situação funcional, operacional e económica da Autarquia. Tais informações destinam-se, não só para apreciação do órgão deliberativo, fiscalizador da atividade municipal e, para julgamento do Tribunal de Contas, como também para terceiros tais como fornecedores, entidades bancárias e cidadãos em geral, a fim de avaliarem a atividade desenvolvida e o seu impacto no desenvolvimento económico e social das populações.

Assim, cabia à Assembleia Municipal apreciar os documentos de prestação de contas na sua sessão ordinária de Abril do ano seguinte àquele a que respeitam, de acordo com o n.º 2 do artigo 27.º da Lei 75/2013 (Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais) de 12 de Setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), republicado pela Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto, posteriormente, o órgão executivo remeterá para o Tribunal de Contas. No entanto, devido à situação epidemiológica provocada pela doença COVID-19, foram estabelecidas medidas excecionais e temporárias como resposta a esta situação. O art.º 3 da Lei n.º 1 A/2020 de 19 de março, prevê que os órgãos deliberativos que devessem reunir em abril e maio o possam fazer até 30 de junho. Sendo que o art.º 4 da referida Lei prevê que as contas sejam remetidas até àquela data.

No ponto 2 das considerações técnicas do POCAL, estão discriminados os documentos de prestação de contas a enviar ao Tribunal de Contas, para controlo jurisdicional.



1.1 - NOTA PRÉVIA

Com este Relatório de Gestão pretende-se demonstrar:

- a) A situação económica relativa ao exercício, comparada com exercícios anteriores, analisando a evolução da gestão nos diversos sectores de Atividade Autárquica;
- b) Os níveis de execução mais relevantes da atividade financeira municipal, no que respeita à sua atividade económica e financeira (quer da receita quer da despesa);
- c) Uma síntese da situação financeira da autarquia, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise dos Balanços e das Demonstrações de Resultados;
- d) A evolução das dívidas a terceiros de curto, médio e longo prazo;
- e) A proposta fundamentada de aplicação do resultado líquido do exercício;
- f) Os factos relevantes ocorridos no exercício ou no termo do exercício anterior.

1.2 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Da presente análise podemos tirar interpretações concretas de quais os desvios que se efetuaram às previsões iniciais, apontadas nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019. Será através da leitura e interpretação dos números que podemos fazer uma análise da atividade económica - financeira do Município. No entanto, para que essa leitura seja mais esclarecedora, juntamos algumas notas explicativas que irão acompanhar cada elemento técnico.

Apontamos como metodologia de análise do Relatório de Gestão de 2019, fazê-la em dois grandes capítulos: Análise Orçamental e Análise Patrimonial.



2 - ANÁLISE ORÇAMENTAL

8
[Handwritten signature]



2.1 - EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O gráfico infra, mostra-nos o grau de execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e do Plano de Atividades Municipais (PAM), por funções (% em relação ao total executado):

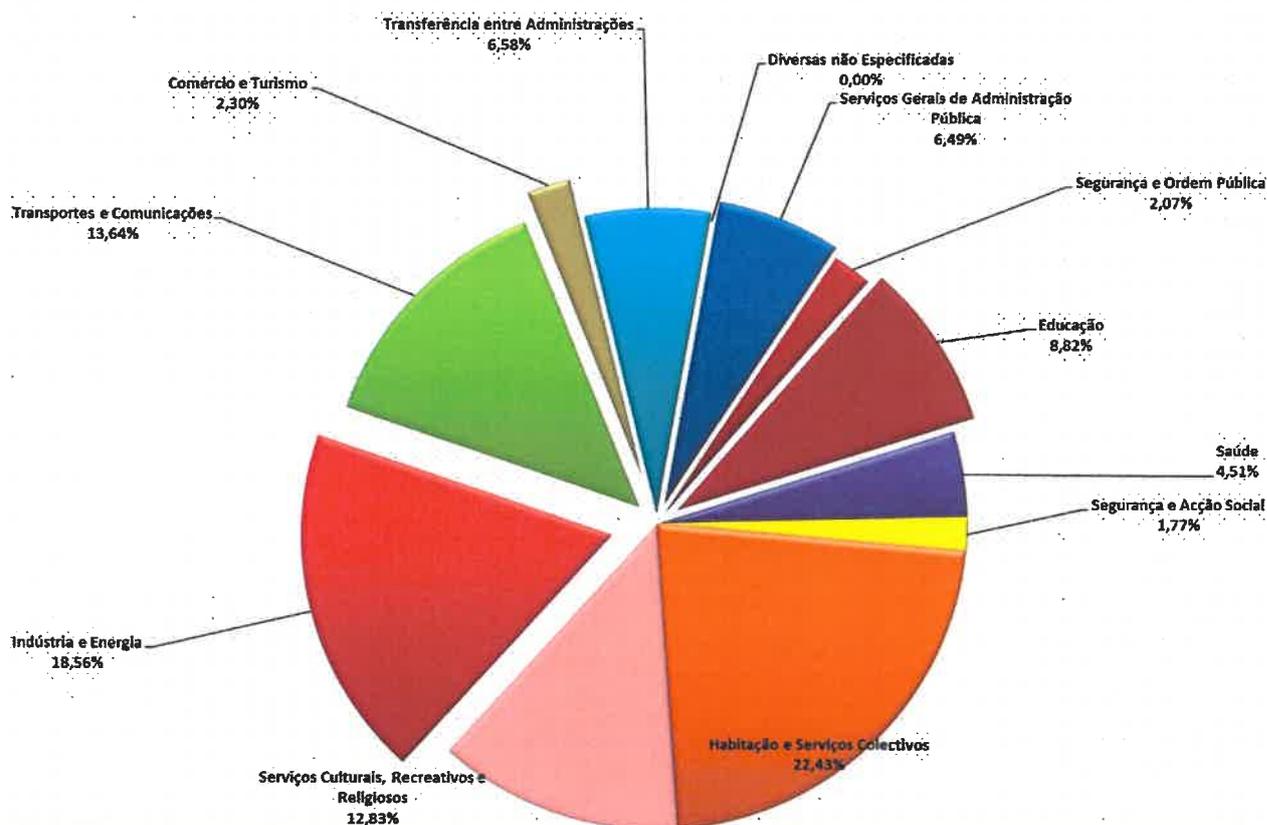


Gráfico 1 - Execução das GOP'S



2.2 - EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - ÍNDICE DE EXECUÇÃO

Importa fazer uma análise mais detalhada sobre este Plano, por nele constarem todos os projetos e ações que implicam despesas orçamentais a realizar por investimentos. Os objetivos principais definidos neste Plano, a que esta Prestação de Contas se refere, foram conseguidos. Referimo-nos concretamente às subfunções cujas taxas de execução anuais em relação ao montante previsto inicialmente, são as seguintes:

Saúde – 88,23%, Segurança e Ação Social – 70,01%, Serviços Gerais de Administração Pública – 57,55%, Educação – 53,35%, Comércio e Turismo – 39,22%, Transportes e Comunicações – 27,86%, Habitação e Serviços Coletivos – 13,18%, Serviços Culturais e Recreativos e Religiosos – 8,58%.

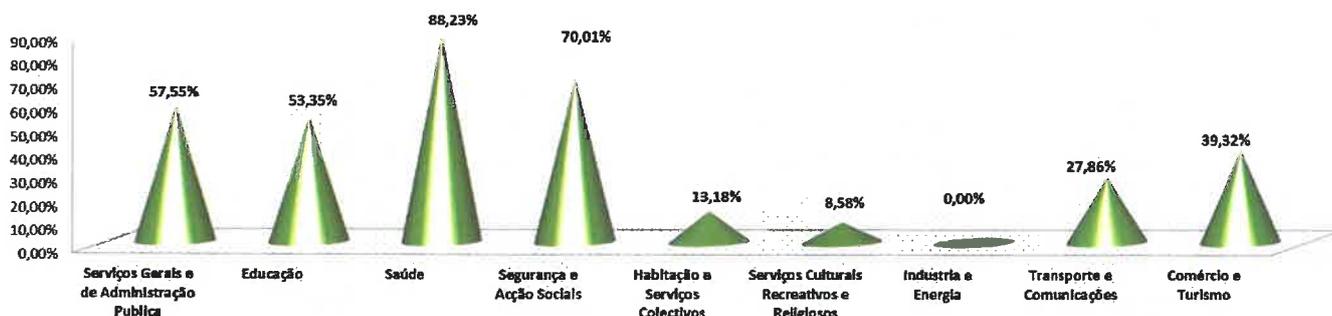


Gráfico 2 - Execução do PPI

Da leitura do presente gráfico e em consonância com o quadro a seguir descrito, conclui-se que a maior parte da despesa de investimento incidu nas rubricas: **Saúde – 88,23%, Segurança e Ação Social – 70,01%, Serviços Gerais de Administração Pública – 57,55%, Educação – 53,35%, entre outros.**

10



Funções	Previsto	2ª.Revisão	Executado	Desvio	Taxa de Execução %
Serviços Gerais de Administração Pública	277.807,99		159.875,56	-117.932,43	57,55
Educação	124.400,00		66.372,65	-58.027,35	53,35
Saúde	134.500,00		118.667,67	-15.832,33	88,23
Segurança e Acção Sociais	10.000,00		7.001,35	-2.998,65	70,01
Habituação e Serviços Colectivos	1.451.420,78	-483.329,22	191.307,19	-776.784,37	19,76
Serviços Culturais Recreativos e Religiosos	110.100,00		9.449,91	-100.650,09	8,58
Industria e Energia	89.398,21	-310.701,79	0,00	221.303,58	0,00
Transporte e Comunicações	1.621.800,00	-392.400,00	451.782,58	-777.617,42	36,75
Comércio e Turismo	194.392,00	-470.758,00	76.235,32	352.601,32	-27,58
Total Geral	4.013.818,98	-1.657.189,01	1.080.692,23	-2.933.126,75	45,86

Quadro 1 - Estrutura e Execução do Investimento por Funções - Ano de 2019

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Previsto	8.746001,27	8.563.680,48	12.884.489,28	13.095.658,25	7.128.912,80	2.593.350,00	2.900.175,80	1.515.067,95	4.184.558,35	4.374.258,83	2.356.629,97
Executado	2.055.893,21	2.979.906,87	4.534.900,19	5.619.156,06	4.617.059,55	1.653.432,69	1.962.114,96	652.285,50	1.624.315,06	1.657.243,46	1.080.692,23
%	23,61%	34,80%	35,20%	42,91%	64,77%	63,76%	67,66%	43,05%	38,82%	37,89%	45,86%

Quadro 2 - Mapa comparativo da evolução da Execução do PPI

Da leitura do quadro supra, constata-se que no ano em análise, foi obtida a percentagem de execução de **45,86%**.



2.3 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

2.3.1 - RECEITAS - 2019

Económica	Classificação Descrição	Dotação			Execução	
		Inicial	Alterações	Actual	Cobrada	%
01	IMPOSTOS DIRETOS	978.024,00	0,00	978.024,00	1.090.303,94	111,5
02	IMPOSTOS INDIRETOS	2.508,00	0,00	2.508,00	3.569,82	142,3
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	57.947,00	0,00	57.947,00	41.698,87	72,0
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	10.923,00	0,00	10.923,00	10.935,00	100,1
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.756.333,00	0,00	6.756.333,00	6.341.018,89	93,9
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.322.360,00	0,00	1.322.360,00	1.288.554,06	97,4
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	54.156,00	0,00	54.156,00	12.485,00	23,1
	RECEITAS CORRENTES	9.182.251,00	0,00	9.182.251,00	8.788.565,58	95,7
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	2.518,00	0,00	2.518,00	0,00	0,0
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.956.105,00	-1.657.189,01	2.298.915,99	1.367.636,54	59,5
12	PASSIVOS FINANCEIROS	1,00	0,00	1,00	0,00	0,0
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2,00	0,00	2,00	0,00	0,0
	RECEITAS DE CAPITAL	3.958.626,00	-1.657.189,01	2.301.436,99	1.367.636,54	59,4
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00	0,00	1,00	108,70	10.870,0
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	2.501.563,99	2.501.563,99	2.501.563,99	100,0
	OUTRAS RECEITAS	1,00	2.501.563,99	2.501.564,99	2.501.563,99	100,00
	TOTAL DA RECEITA	13.140.878,00	844.374,98	13.985.252,98	12.657.874,81	90,5

Quadro 3 - Execução Orçamental da Receita

Da leitura do quadro supra constata-se que o total das receitas arrecadadas é de **12.657.874,81€**. Este valor inclui **2.501.563,99€**, de saldo da gerência anterior (execução orçamental) que corresponde a **19,76%** das receitas arrecadadas e **108,70€**, de reposições.

O total das receitas correntes foi de **8.788.565,58€**, o que corresponde a **69,43%**, do total das receitas arrecadadas.

As receitas de capital foram de **1.367.636,54€**, o que corresponde a **10,80%** do total das receitas arrecadadas.

Refira-se ainda que, a percentagem de execução de receitas correntes e de receitas de capital, em relação ao previsto corrigido é de **95,70%**, e **59,40%**, respetivamente.

Realçamos o facto de que, o total das receitas cobradas em relação às previsões corrigidas, atingiu uma percentagem de 90,50%, cumprindo com o estipulado no nº 3 do artigo 56º da Lei 73/2013 de 3 setembro (RFALEI), republicada, pela Lei 51/2018 de 16 de agosto. A referida execução revela ainda que, os orçamentos municipais têm vindo a ser planeados de forma mais responsável, fiável e eficaz.



Continuamos a achar conveniente, para uma melhor apreciação das Finanças Municipais, estabelecer a comparação entre a presente Prestação de Contas e a dos anos anteriores, no que se refere à evolução da receita arrecadada.

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Correntes	5.773.590,71 €	6.655.587,92 €	6.655.587,92 €	6.679.059,99 €	6.695.144,27 €	7.820.678,22 €	9.192.109,86 €	8.745.879,96 €	8.677.500,14 €	8.641.949,84 €	8.940.239,15 €	8.788.565,58 €
Capital	4.154.492,10 €	3.725.978,41 €	3.887.450,53 €	5.461.053,25 €	7.722.947,34 €	4.397.650,72 €	1.342.901,65 €	1.503.969,39 €	1.042.452,29 €	2.676.131,83 €	2.823.987,66 €	3.869.200,53 €
Total	10.080.905,14 €	10.071.503,41 €	10.541.157,46 €	12.140.113,24 €	14.418.091,61 €	12.218.328,94 €	10.535.011,51 €	10.249.849,35 €	9.719.952,43 €	11.318.081,67 €	11.764.226,81 €	12.657.874,81 €
Evolução da Receita	-0,09%	4,66%	0,02%	15,14%	18,76%	-15,28%	-13,78%	-2,71%	-5,17%	16,44%	3,94%	7,60%

Quadro 4 - Evolução das Receitas (2008 a 2019)

No seguimento da mesma metodologia dos anos anteriores, consideramos o saldo de gerência como Receita de Capital. Realçamos ainda, que utilizamos esta mesma metodologia também para a Despesa. Deste quadro comparativo podemos verificar que houve um aumento da receita total de **7,60%**, em relação ao ano de 2018.

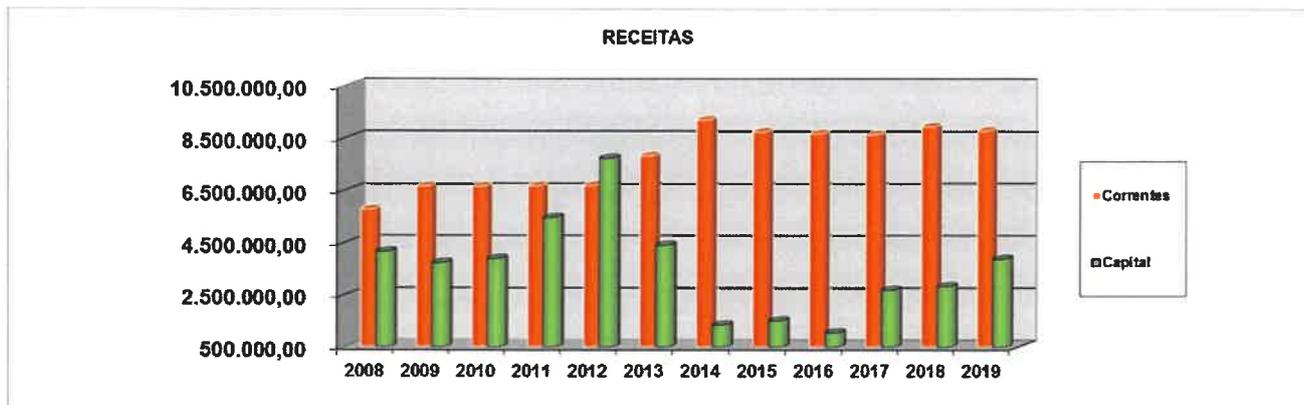


Gráfico 3 - Evolução das Receitas



As receitas totais resultam no essencial do somatório de:

1. Receitas das transferências do Orçamento Geral do Estado, tais como: Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS.

2. Outro tipo de receitas arrecadadas no Concelho, tais como as cobradas por terceiros para o Município, que damos como exemplo: Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.), Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis (I.M.T.), Imposto Único de Circulação (I.U.C) etc.

3. Transferências de fundos comunitários, na sua maioria transferências de capital.

Dado que a principal fonte de receita do Município são as **Transferências do Orçamento Geral de Estado (OE)**, também será importante fazer a análise comparativa dos últimos anos. Da leitura do quadro seguinte podemos constatar que em relação ao ano de 2018, houve um **aumento de 5,79%**.

Espelha-se então a seguir a evolução dos últimos anos, no que concerne às transferências do OE:

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Correntes	3.649.471,00 €	3.834.798,00 €	3.876.715,00 €	3.677.626,00 €	3.499.194,00 €	4.587.086,00 €	4.990.470,00 €	5.279.555,00 €	5.344.637,00 €	5.496.083,00 €	5.579.407,00 €	5.508.131,00 €
Capital	2.278.478,00 €	2.389.548,00 €	2.411.434,00 €	2.296.112,00 €	2.175.776,00 €	1.087.888,00 €	528.100,00 €	551.571,00 €	558.052,00 €	558.052,00 €	584.215,00 €	1.012.113,00 €
Total	5.927.949,00 €	6.224.346,00 €	6.288.149,00 €	5.973.738,00 €	5.674.970,00 €	5.674.974,00 €	5.518.570,00 €	5.831.126,00 €	5.902.689,00 €	6.054.135,00 €	6.163.622,00 €	6.520.244,00 €
	4,99%	5,00%	1,03%	-5,00%	-5,00%	0,00%	-2,76%	5,66%	1,22%	2,57%	1,81%	5,79%

Quadro 5 - Fundos Municipais (FGM - Fundo Geral Municipal, FBM - Fundo de Base Municipal, FCM - Fundo de Coesão Municipal (designações em vigor até 2008), FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM - Fundo Social Municipal e IRS - Participação Fixa no IRS (designações em vigor)).



Gráfico 4 - Fundos Municipais (FGM - Fundo Geral Municipal, FBM - Fundo de Base Municipal, FCM - Fundo de Coesão Municipal (designações em vigor até 2007), FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM - Fundo Social Municipal e IRS - Participação Fixa no IRS (designações em vigor)).

2.3.2 - DESPESAS

Classificação	Designação	Dot. Inic.	Dot. Corrig.	Alterações (+/-)	Desp. Paga	% Exec.
01	Despesas com o pessoal	3.162.179,00	3.242.279,00	80.100,00	3.127.682,66	96,47
02	Aquisição de Bens e serviços	3.498.452,00	4.235.152,00	736.700,00	3.260.055,37	76,98
03	Juros e Outros encargos	7.100,00	7.100,00	0,00	4.459,64	62,81
04	Transferência Correntes	1.068.102,00	1.457.502,00	389.400,00	1.254.272,78	86,06
06	Outras Despesas Correntes	62.500,00	93.200,00	30.700,00	73.708,72	79,09
Total Despesas Correntes		7.798.333,00	9.035.233,00	1.236.900,00	7.720.179,17	85,45
07	Aquisição de Bens de Capital	4.674.900,00	3.979.674,98	-695.225,02	1.046.548,23	26,30
08	Transferência de Capital	461.001,00	763.701,00	302.700,00	180.269,33	23,60
09	Activos Financeiros	34.144,00	34.144,00	0,00	34.144,00	100,00
10	Passivos Financeiros	172.500,00	172.500,00	0,00	166.715,22	96,65
Total Despesas Capital		5.342.545,00	4.950.019,98	-392.525,02	1.427.676,78	28,84
Total Geral		13.140.878,00	13.985.252,98	844.374,98	9.147.855,95	65,41

Quadro 6 - Execução Orçamental das Despesas

Da leitura do quadro, constata-se que o total das despesas pagas foi de **9.147.855,95€**.

No que concerne às despesas correntes, atingiram um valor total de **7.720.179,17€**. Refira-se ainda, que o total destes pagamentos face às dotações corrigidas obteve uma percentagem de **85,45%**. Verifica-se assim, um aumento de **20,04%**, em relação ao ano de 2018 (**65,41%**). Em relação às **despesas de capital** num total de **1.427.676,78€**, a percentagem de execução face às dotações corrigidas é de



28,84%, tendo-se verificado uma diminuição de 9,63%, em relação ao ano anterior (38,47%).

Salienta-se que durante o ano em análise, foram pagos de serviço da dívida 167.776,84€, sendo 1.061,62€, de juros e 166.715,22€ para amortização de empréstimos.

Sobre a execução orçamental, entende-se ser importante realizar também uma análise comparativa dos últimos 12 anos.

Do quadro seguinte pode igualmente constatar-se que em relação à previsão da despesa para o ano de 2019, atingiu-se uma taxa de execução orçamental de 69,61%.

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Previsão	17.816.602,74 €	19.704.879,86 €	19.930.364,48 €	23.911.404,28 €	24.707.550,00 €	18.675.250,00 €	12.362.450,00 €	12.613.000,00 €	10.376.405,00 €	12.466.273,00 €	11.485.678,00 €	13.140.878,00 €
*	18,80%	10,60%	1,27%	19,97%	3,33%	-24,41%	-33,80%	2,03%	-17,73%	20,14%	-7,87%	14,41%
Execução	9.911.912,28 €	10.222.876,98 €	10.529.888,94 €	12.040.804,99 €	14.392.178,81 €	12.203.909,02 €	10.366.530,98 €	10.073.646,40 €	8.538.140,24 €	9.438.742,84 €	9.262.622,82 €	9.147.855,95 €
*	-0,26%	3,14%	3,00%	14,35%	19,53%	-15,20%	-15,06%	-2,83%	-15,24%	10,55%	-1,87%	-1,24%
Desvio	7.904.690,46 €	9.482.002,88 €	9.400.475,54 €	11.870.599,29 €	10.315.371,19 €	6.471.340,98 €	1.995.919,02 €	2.539.353,60 €	1.838.264,76 €	3.027.530,16 €	2.223.055,18 €	3.993.022,05 €
*	56,23%	19,95%	-0,86%	26,28%	-13,10%	-37,27%	-69,16%	27,23%	-27,61%	64,70%	-26,57%	79,62%
Taxa de execução em relação à previsão anual	55,63%	51,88%	52,83%	50,36%	58,25%	65,35%	83,85%	79,87%	82,28%	75,71%	80,64%	69,61%

* % em relação ao ano anterior

Quadro 7 - Evolução da Despesa

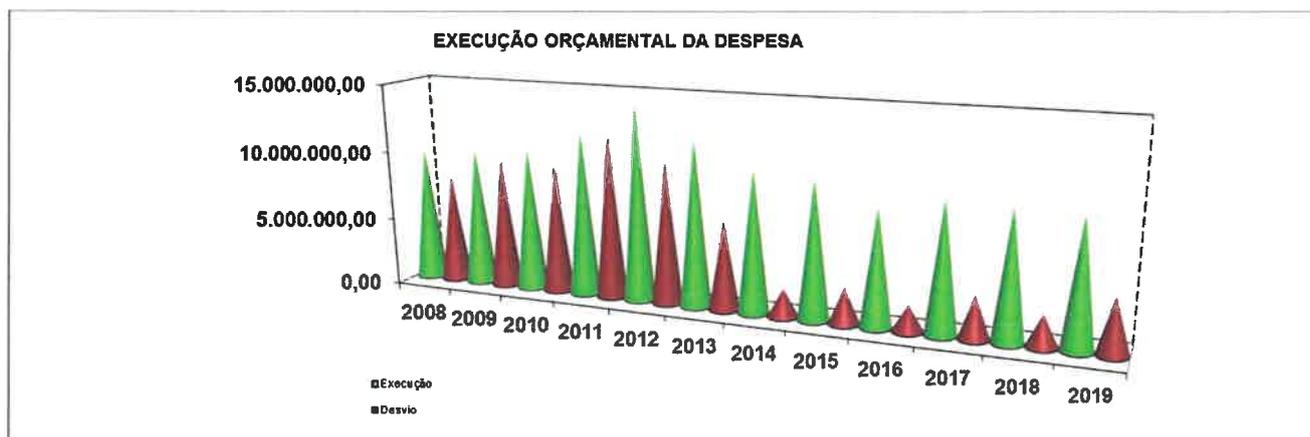


Gráfico 5 - Execução Orçamental da Despesa

Evolução da execução da despesa nos últimos doze anos, ao nível de correntes e de capital.

DESPESA	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
CORRENTE	6.202.566,88 €	7.181.941,54 €	6.653.577,59 €	6.664.383,60 €	8.107.705,56 €	7.077.387,52 €	8.144.730,60 €	7.626.540,25 €	7.445.571,61 €	7.284.752,24 €	7.340.409,92 €	7.720.179,17 €
CAPITAL	3.709.345,40 €	3.040.935,44 €	3.876.311,35 €	5.376.421,39 €	6.284.473,25 €	5.126.521,50 €	2.221.800,38 €	2.447.106,15 €	1.092.568,63 €	2.153.990,60 €	1.922.252,90 €	1.427.676,78 €
TOTAL	9.937.484,54 €	9.911.912,28 €	10.529.888,94 €	10.529.888,94 €	12.040.804,99 €	12.205.922,02 €	10.366.530,98 €	10.073.646,40 €	8.538.140,24 €	9.438.742,84 €	9.262.662,82 €	9.147.855,95 €

Quadro 8 - Despesas Correntes e Capital

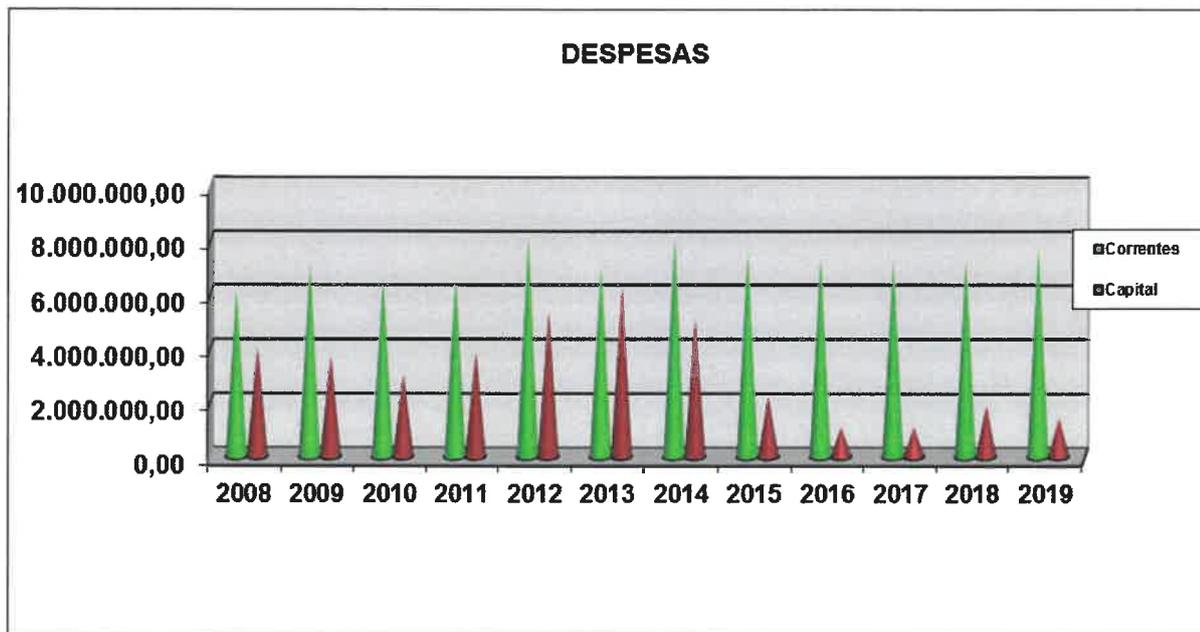


Gráfico 6 - Despesa Corrente e Capital

2.3.2.1 - PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO E EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Apresenta-se de seguida no quadro infra a evolução do **cumprimento do princípio do equilíbrio**, no que se refere à execução orçamental, conforme obriga a alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL (as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes).

Refira-se ainda que este executivo, durante o ano de 2019, direcionou todos os esforços no sentido de cumprir o referido princípio, conforme se pode constatar no quadro seguinte:

Princípio do Equilíbrio													
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Receita Corrente	5.572.139,44	5.773.590,71	6.655.587,92	6.655.937,69	6.679.059,99	6.695.144,27	7.820.678,22	9.192.109,86	8.745.879,96	8.677.500,14	8.641.948,84	8.940.239,15	8.788.565,58
Despesa Corrente	5.894.583,20	6.202.568,88	7.181.941,54	6.653.577,59	6.684.383,60	8.107.705,56	7.077.387,52	8.144.730,60	7.626.540,25	7.445.571,61	7.284.752,24	7.340.409,92	7.720.179,17
Diferença	-322.443,76	-428.976,17	-526.353,62	2.360,10	14.676,39	-1.412.561,29	743.290,70	1.047.379,26	1.119.339,71	1.231.928,53	1.357.196,60	1.599.829,23	1.068.386,41

Quadro 9 - Princípio do Equilíbrio - Execução Orçamental



No que concerne ao Equilíbrio Orçamental nos termos do nº 2 do artigo 40º, conjugado com o artigo 83º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro (RFALEI), republicada pela Lei nº51/2018 de 16 de agosto, apresentamos um quadro elucidativo do cumprimento do referido equilíbrio que se traduz no seguinte:

MAPA DOS EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS - 31-12-2019				
Entidade Financeira	Finalidade do empréstimo	Capital em Dívida em 01 de jan. de 2014	Nº anos remanescentes	Amortizações médias
BES	Requalificação da Rede Viária	111.406,56 €	7	15.915,22 €
BES	Req. Urb. Parque de Santa Barbara	50.748,25 €	7	7.249,75 €
BES	E.M Seixas- Numão	38.243,98 €	7	5.463,43 €
BES	Centro Cultural/Biblioteca/Museu-2ª fase	373.763,23 €	8	46.720,40 €
CGD	Financiamento de obras Financiadas	184.875,32 €	2	92.437,66 €
CCAM	Centro Escolar de V.N. Foz Côa e Freixo de Numão(JI/1 CEB) - Arrelvamento do Estádio Municipal.	815.365,12 €	10	81.536,51 €
ESTADO	Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado - IGTCP	162.572,00 €	5	32.514,40 €
TOTAL		1.736.974,46 €		281.837,37 €
EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL - EXECUÇÃO (artigos 40º e 83º da RFALEI)				
Descrição		Dados do Exercício de 2019		
		Valor		
A - Receitas correntes cobradas brutas		8.788.565,58 €		
B - Despesas correntes pagas		7.720.179,17 €		
C - Saldo corrente (A-B)		1.068.386,41 €		
D - Amortização média dos EMLP		281.837,37 €		
E - Diferença Anual (C-D)		786.549,04 €		
Controlo do cumprimento da regra do equilíbrio		Cumprimento		

Quadro 10 - Equilíbrio Orçamental

A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, sendo que se entende por “amortizações médias de empréstimos” o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da Lei que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (1 de Janeiro de 2014), pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato. Portanto, a poupança corrente (receita corrente + amortizações de empréstimos => despesas de capital), tem que “acomodar” um valor equivalente às amortizações médias dos empréstimos existentes.



2.3.2.2 - LIMITE DA DÍVIDA TOTAL

O artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 de setembro (RFALEI), republicada pela Lei nº51/2018 de 16 de agosto, estabelece um limite da dívida total que cada Município terá que cumprir, **sob pena de ver reduzido no exercício subsequente, de pelo menos 10% do montante em excesso**, até que aquele limite seja cumprido. Apresenta-se de seguida a posição deste Município, a 31-12-2019

Todos

Municípios	Limite da dívida total artigo 52.º da Lei nº 73/2013	Dívida Total (01-01-2019)										Dívida Total (31-12-2019)				Variação da dívida		Utilização da disponível de 1 de Jan a 31 de Dez		
		Total da dívida a incluindo dívidas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades	Dívida Total	Dívidas não orçamentais e capital excecionado	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dívidas não orçamentais capital excecionado e FAM	Montante em excesso	Margem absoluta	Margem Utilizável	Total da dívida a incluindo dívidas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades	Dívida total	Dívidas não orçamentais e capital excecionado	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dívidas não orçamentais capital excecionado e FAM	Montante em excesso		Margem	de 1 de Jan a 31 de Dez (%)
VILA NOVA DE FOZ CÔA	13.129.845	1.436.362	217.603	1.353.966	194.456	51.216	1.108.294		12.021.551	2.404.310	723.077	121.877	844.954	203.230	17.072	624.653		12.505.192	(19)=[(16)-(7)]-(7)-1	(21) = (10)-[(16)-(7)], se (10)>0 e (16)<[(7)+(10)]

Quadro 11 - Limite da Dívida Total



Importa referir que para este mapa foi contabilizada toda a dívida de terceiros, incluindo a conta 22.8 - faturas em receção e conferência, que entraram nos nossos serviços financeiros em 2020, tendo data de 2019. Cumprido o 1º pressuposto, com uma margem confortável de 2.887.952,00 €, dados estes retirados no portal da Direção-Geral das Autarquias Locais. Verificamos que também o Município se enquadra no 2º pressuposto, uma vez que detinha uma margem utilizável de 20%, no valor de 2.404.310,00€, a 1 de janeiro de 2019, conforme leitura do quadro supra.

É de realçar que a capacidade de endividamento do Município desde o início do ano até ao seu final, aumentou em 20,12%.

2.3.2.3 - DESPESAS COM O PESSOAL

Apresenta-se de seguida a variação de toda a despesa realizada com o pessoal que inclui todos os encargos do Município com os seus trabalhadores, nomeadamente comparticipação na saúde, contribuições para a segurança social entre outros, com referência aos anos de 2018 a 2019.

64	CUSTOS COM O PESSOAL	2018	2019	Varição
64.1.1	Remuneração dos eleitos	90.490,92	90.481,38	-0,01%
64.2	Remunerações do pessoal	2.282.752,08	2.349.115,99	2,91%
64.5	Encargos sobre remunerações	523.284,87	540.330,04	3,26%
64.6	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00%
64.8	Outros custos com pessoal	146.642,97	145.279,48	-0,93%
64.9	Pessoal aguardar aposentação/Indemnizações	477,68	863,52	80,77%
	Total de custos com pessoal	3.043.648,52	3.126.070,41	2,71%

Quadro 12 - Despesas com Pessoal (2018 e 2019)

Denota-se na análise do quadro supra, um aumento de 2,71%, nos custos totais com o pessoal, em comparação com o ano anterior.

**2.3.3 - RÁCIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA E DESPESA**

Rátios de Estrutura da Receita	
Peso das receitas próprias na receita total	19,34%
Peso da receita cobrada localmente na receita total	10,60%
Peso dos Impostos diretos na receita total	8,61%
Peso das transferências da administração na receita total	60,90%
Peso dos passivos financeiros na receita total	0,00%

Quadro 13 - Rátios de Estrutura da Receita

Rátios de Estrutura da Despesa	
Peso da receita total na despesa total	1,38
Peso da receita corrente na despesa corrente	113,84%
Peso da despesa com o pessoal na despesa total	34,17%
Peso da despesa com o pessoal nos fundos Mun. correntes	35,57%
Peso da aquisição de bens e serviços na despesa Total	35,64%
Peso da aquisição bens e serv / fundos Munic corre	37,09%
Peso do serviço dívida na despesa total	1,82%
Peso da receita de capital na despesa de capital	95,79%
Peso dos passivos financeiros na despesa total	1,82%
Peso das receitas próprias na Despesa total	26,76%
Peso das Transferências da Administração Central na Despesa Total	84,27%
Peso da receita local na despesa total	14,66%

Quadro 14 - Rátios de Estrutura da Despesa



2.3.4 - ANÁLISE AOS FLUXOS DE CAIXA

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA MUNICIPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA ANO 2019 Pág. 1

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		2.696.019,75	Despesas orçamentais		9.147.855,95
Execução orçamental	2.501.563,99		Correntes	7.720.179,17	
Operações de tesouraria ...	194.455,76		Capital	1.427.676,78	
Receitas orçamentais		10.156.310,82	Operações de tesouraria		616.919,61
Correntes	8.788.565,58		Saldo para a gerência seguinte ...		3.708.380,92
Capital	1.367.636,54		Execução orçamental	3.510.018,86	
Outras	108,70		Operações de tesouraria	193.362,06	
Operações de tesouraria		615.825,91	Total		13.468.156,48
Total		13.468.156,48			

ORGÃO EXECUTIVO Em ___ de _____ de ____ _____	ORGÃO DELIBERATIVO Em ___ de _____ de ____ _____
--	---

Quadro 15 - Resumo dos Fluxos de Caixa

No que se refere aos **movimentos de operações de tesouraria**, podemos referir que durante o ano em apreço, o Município transitou com um saldo da gerência anterior de 194.455,76€. Deu entrada em operações tesouraria durante o ano de 2019, a importância de 615.825,91€ e saída de 616.919,61€, ficando com um saldo de 193.362,06€, para a gerência seguinte.



2.3.5 - OPERAÇÕES DE TESOURARIA

CÓDIGO CONTA	PERÍODO	DESIGNAÇÃO	SALDO DA CONTABILIDADE ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A CONTABILIDADE SUCESSORA	
			DEVEDOR	CRÉDITO	DEBITO	CRÉDITO	DEVEDOR	CRÉDITO
21		CLASSE/CONTRIBUENTES/OUTROS		5.233,12				5.233,12
21.1		CLASSE/CONTRIBUENTES/OUTROS		5.233,12				5.233,12
21.1.2		CAUÇÕES DE LICENCIAMENTO SANITÁRIO		676,53				676,53
21.1.2.02		CAUÇÕES DE LICENCIAMENTO SANITÁRIO - S/ TERCEIROS		676,53				676,53
21.1.4		CAUÇÕES DE ÁGUA		4.556,59				4.556,59
24		ESTRHO E OUTROS RENTES PÚBLICOS		33.348,79	556.014,95	556.456,93		33.790,77
24.2		Retenção de impostos sobre rendimentos		16.113,02	224.820,86	231.906,84		17.299,02
24.2.1		Trabalho dependente		15.560,00	217.577,00	218.296,00		17.299,00
24.2.2		Trabalho independente		412,33	10.379,89	9.967,56		
24.2.4		Prediais		120,69	1.728,97	1.606,28		
24.2.4.1		IRS-PREDIAIS		120,69	1.728,97	1.606,28		
24.2.5		IRS-PREÇOS			135,00	135,00		
24.4		Rescates impostos		1,22	2.247,32	2.247,10		
24.4.4		TAXA PELA EMISSÃO DE CERTIFICADO DE REGISTO			276,60	276,60		
24.4.5		IMP-INSTIUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES, I.P			1.890,00	1.890,00		
24.4.6		IPA-AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P		1,22	81,72	80,50		
24.5		Contribuições para a Segurança Social		17.134,78	321.011,36	321.059,13		18.182,55
24.5.1		AUSE			75.089,93	75.089,93		
24.5.1.1		AUSE-DESCONTOS DO PESSOAL			75.089,93	75.089,93		
24.5.2		CALDA GERAL DE APOURAÇÕES		10.813,21	153.150,67	153.565,42		13.227,99
24.5.2.1		CGA-DESCONTOS DO PESSOAL		10.813,21	153.150,67	153.565,42		13.227,99
24.5.3		SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		6.323,54	93.770,76	94.403,78		6.954,56
24.5.3.1		IGSS-DESCONTOS DO PESSOAL		6.323,54	93.770,76	94.403,78		6.954,56
24.9		Outras contribuições		99,77	1.894,41	2.113,86		309,22
24.9.1		Multas e coimas		5,00	45,00	40,00		
24.9.9		Outras		94,77	1.899,41	2.103,86		309,22
24.9.9.5		AGENCIA PORTUGUESA AMBIENTE		94,77	94,77	309,22		309,22
24.9.9.9		DIREÇÃO GERAL DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS			1.794,64	1.794,64		
26		OUTROS DEVEDORES E CRÉDITOS		155.873,85	60.904,66	57.368,90		152.308,17
26.1		Fornecedores de imobilizado		155.873,85	23.910,59	20.374,91		152.338,17
26.1.1		FORNEDORES DE IMOBILIZADO COM CANCELAMENTO		155.873,85	23.910,59	20.374,91		152.338,17
26.1.1.1		Fornecedores de imobilizado em dinheiro		155.873,85	23.910,59	20.374,91		152.338,17
26.1.1.1.1		EDUARDO ANTÓNIO SOUSA LOPES		5,56				5,56
26.1.1.1.2		CHELES E MOREIRA, S.A		3.307,98				3.307,98
26.1.1.1.3		JOSE DO NASCIMENTO RAMOS		1.863,37				1.863,37
26.1.1.1.4		BILGUEIRA & CUNHA - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES Lda*		16.000,23	968,99			15.031,24
26.1.1.1.5		L.G.B. SOCIEDADE DE PROJECTOS E INFRAESTRUTURAS ELÉCTRICAS DE TELECOMUNICAÇÕES,		5.000,00				5.000,00
26.1.1.1.6		GENEAL ANCILOS AMOIO & FILIUS Lda*		10.137,56				15.137,56
26.1.1.1.7		JOAO VIEIRA - CONSTRUCOES LDA.		18.026,24		1.136,91		25.963,15
26.1.1.1.8		FRANCISCO SANTOS CELEIRO		744,79				744,79
26.1.1.1.9		EDUARDO LOPES CONSTRUCOES, LDA.		6.944,25				6.944,25
26.1.1.1.10		MORTO PROGRESSO DE MEIA, LDA		1.004,06				1.004,06
26.1.1.1.11		EDUARDO ALVES FREIXA, SOCIEDADE CONSTRUCOES LDA.		1.866,97	1.141,29	772,01		1.618,46
26.1.1.1.12		A. R. L. ANTONIO RODRIGUES LEAO - CONSTRUCOES, S. A		7.127,19				7.127,19
26.1.1.1.13		ANTONIO BARBOSA & FILIUS, SDA.		11.807,86	11.807,86			
26.1.1.1.14		CONSTRUCOES VIEIRA & FILIUS, LDA		5.100,01				5.100,01
26.1.1.1.15		EMILIO VIEIRA & FILIUS, LDA		1.177,50				1.177,50
26.1.1.1.16		BOUYPAY ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.		6.525,90	6.525,90			
26.1.1.1.17		INDUSTRIA CONSTRUCOES UNIPessoal, LDA.		17.103,59		3.033,89		15.137,48
26.1.1.1.18		LIZABEL FILIPE RAMOS FONSECA		766,62				766,62
26.1.1.1.19		CIVILCASA 11 - CONSTRUCOES LDA		866,09				866,09
26.1.1.1.20		ANTONIO PAULO SANCHEZ REIS		1.275,14		1.570,16		3.345,22
26.1.1.1.21		ESPEHA UNICA - CONSTRUCOES & IMOBILIARIA UNIPessoal LDA.,		3.526,55	3.526,55			
26.1.1.1.22		EDIFICIAS EDIFICIO DE OBRAS PÚBLICAS DAS BEIRAS, LDA		3.714,45		460,08		1.274,53
26.1.1.1.23		BRILHA DO CEM CALHEIRO		174,63				174,63
26.1.1.1.24		ELECTROZEM, LDA		4.288,74				4.288,74
		À TRANSPORTAR ...		194.455,76	579.925,54	578.831,81		193.362,06



ENTIDADE		OPERAÇÕES DE TESOURARIA				DATA	ANO	PÁGINA
MUN. NOVA FOZ COA		PERÍODO : 2019/01/01 a 2019/12/31				2020/04/23	2019	2
CÓDIGO CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
			DEVEDOR	CREDOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		194.455,76	579.925,54	579.931,84		193.362,06
	2500	AGA PARA SANTOS UNIPESSOAL, LDA		14.673,76				14.673,76
	2511	LOSDOL - SOCIEDADE ANSA DE CONSTITUIÇÕES, LDA		5.424,16				5.424,16
	2554	MAXIMIANO & PERES, LDA		2.164,85				2.164,85
	2835	INSTRUMENTOS-EQUIPAMENTOS RESERVADOS, LDA		790,75				790,75
	2941	ASSEMBLEAMENTO LDA		3.465,37			2.589,47	6.054,84
	3055	BORDEZ CONSTRUÇÕES, S.A					4.011,59	4.011,59
26.3		SINDICATOS			1.811,04	1.811,04		
26.3.1		STAE			1.122,35	1.122,35		
26.3.6		SINDICATO TRABALHADORES FUNÇÃO PÚBLICA DO CENTRO			568,42	568,42		
26.3.7		STAE TEMA CENTRO			120,27	120,27		
26.8		Devedores e credores diversos			35.183,03	35.183,03		
26.8.5		DEVEDORES E CREDITORES DE OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS			35.183,03	35.183,03		
26.8.5.9		OUTROS			35.183,03	35.183,03		
26.8.5.9.5		CENTRO DE APOIO SOCIAL			24.189,59	24.189,59		
26.8.5.9.6		CÓRPOE DE PREV. FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO			121,80	121,80		
26.8.5.9.7		CAS - COMBUSTÍVEL			5.035,74	5.035,74		
26.8.5.9.9		OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA			5.835,90	5.835,90		
26.8.5.9.9.3		DESCONTO SOBRE VENCIMENTO - PESSOA DE ALIMENTOS			720,00	720,00		
26.8.5.9.9.4		PORCHEIRA DE CRÉDITOS - TERCEIROS			5.115,90	5.115,90		
		TOTAL ...		194.455,76	614.919,61	615.825,91		193.362,06

De ____ de _____ de ____

De ____ de _____ de ____

Quadro 16 - Operações de Tesouraria

Este mapa descreve toda a receita cobrada para terceiros, incluindo cauções de fornecedores de imobilizado e cauções de clientes e utentes.



3 - ANÁLISE PATRIMONIAL

Handwritten signatures and a checkmark in blue ink, including the number 26.



3.1. - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS -

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS OCORRIDAS EM 2019			
Activo Imobilizado			
Bens de dominio publico	4 144 502,98		
Imobilizações corporeas	-1 121 938,71		
Investimento financeiro	0,00		
			3 123 375,12
Circulante			
Dividas de terceiros de curto prazo			1 116 015,31
Depositos em instituições financeiras e caixa			
Caixa e Depositos à ordem	1 007 361,17		
	0,00		1 007 361,17
Variação patrimonial total do activo			5 284 369,64
FUNDOS PROPRIOS			
Patrimonio Reservas e Resultados transitados	4 335 603,52		
Variação de Resultados	1 006 077,69		5 341 681,21
PASSIVO			
Provisões	-178 137,57		
Empre B de M/L prazo + FAM	-150 657,88		-328 795,45
Dividas a terceiros de curto prazo			-160 441,54
Variação total do passivo			-489 236,99
Acrescimos e diferimentos			
Acresimos e diferimentos			431 925,42
Variação patrimonial total dos fundos proprios e do Passivo			5 284 369,64

Quadro 17 - Variações Patrimoniais



3.2 - EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Durante o ano de 2019, não foi contratado nenhum novo empréstimo bancário.

3.3- ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Através de um indicador de gestão financeira apropriado à análise do balanço e da demonstração de resultados, é possível fazer uma síntese em termos percentuais da situação Económico-Financeira do Município de 2008 a 2019.

Rácios de solvabilidade e autonomia	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008
Autonomia financeira	96%	95%	96%	95%	94%	93%	90%	88%	85%	86%	84%	88%
Cobertura do imobilizado	108%	104%	103%	100%	99%	99%	98%	97%	95%	94%	93%	96%
Solvabilidade	2327%	1721%	2388%	1919%	1571%	1276%	946%	731%	561%	618%	512%	758%

Quadro 18 - Rácios de Gestão Financeira

Em termos de situação patrimonial o rácio da Autonomia Financeira, indica-nos qual o peso que os fundos próprios têm no financiamento do Ativo. Em 31 de Dezembro de 2019, o Município financiava os Ativos de que dispunha com 96% de recursos próprios.

A sua dependência de capitais externos era reduzida (4%).

O rácio de Cobertura do Imobilizado representa 108% no ano de 2019.

Isto é, **todo o ativo imobilizado era financiado por capitais permanentes, e próprios, denotando um equilíbrio financeiro seguro.**

O rácio de Solvabilidade, indica-nos que o Município apresenta uma boa capacidade em solver os seus compromissos, verificando-se que em 2019, os Fundos Próprios cobrem as obrigações do Município em 2327%.

Nos primeiros anos em análise, a capacidade do Município em fazer face aos seus compromissos, não sofreu grandes variações. No ano de 2008, esta capacidade alterou-se devido ao facto de se ter iniciado o arrolamento e inventariação dos bens patrimoniais, e respetiva valorização, pelo que com a redução do nível de endividamento bancário, bem como de fornecedores, a solvabilidade do município é expressiva.



Os rácios de liquidez abaixo, mais não fazem do que confirmarem o que relatamos.

Rácios de Liquidez	
Liquidez Geral	475,60%
Liquidez Reduzida	475,60%
Liquidez Imediata	342%

O comportamento ao nível do desempenho económico foi o seguinte:

Rácios económicos	
Varição nos Custos	-4,00%
Varição nos Proveitos	5,30%
Varição nos Resultados Operacionais	282,00%
Varição nos Proveitos Próprios	7,00%

Quadro 19 - Resumo dos Rácios

A variação nos proveitos foi maior do que a variação dos custos.

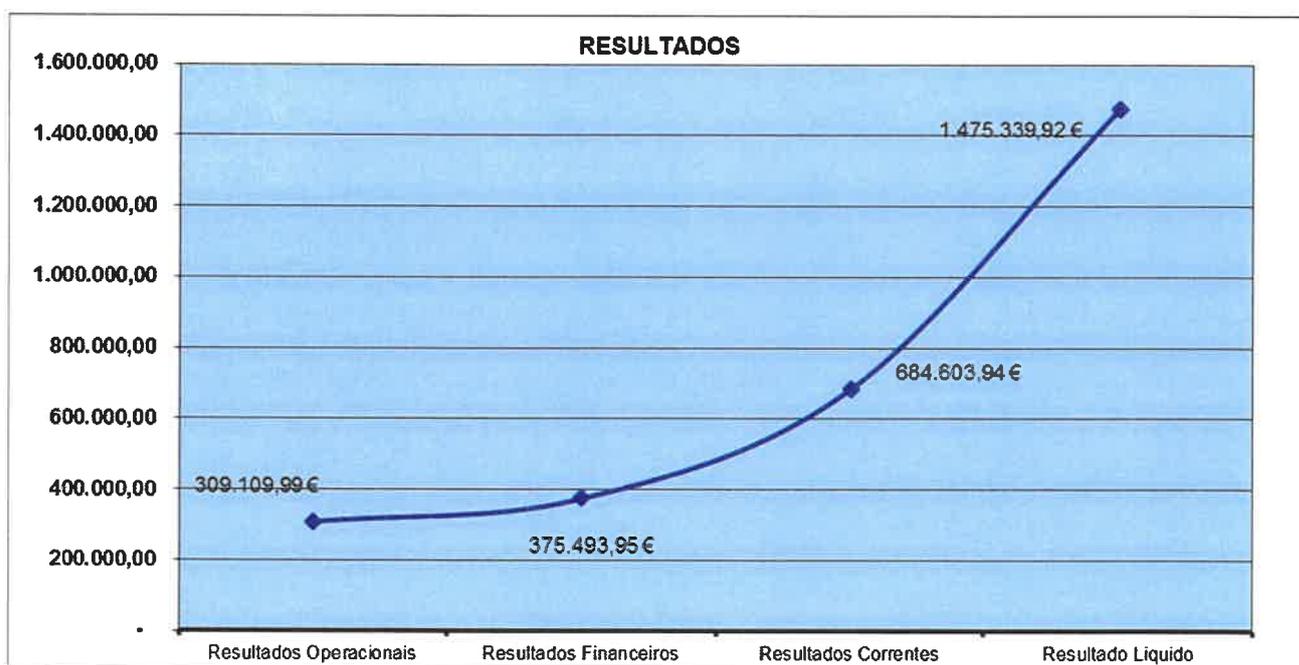


Gráfico 7 - Estrutura de Resultados

Da leitura do gráfico 7 - Estrutura de Resultados, podemos referir que os resultados operacionais têm um valor de 309.109,99€.

Em relação aos resultados financeiros, apresenta um saldo de 375.493,95€.



Quanto ao resultado líquido, foi de 1.475.339,92€, o qual se verificou um aumento de 1.006.077,69€ em relação com o ano 2018.

3.4 - PROPOSTA PARA A APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO ANO DE 2019

O resultado líquido do Município neste exercício ascende a 1.475.339,92€.

Nos termos dos pontos 2.7.3.2, 2.7.3.3, 2.7.3.4 e 2.7.3.5 do POCAL, propõe-se a aplicação do resultado líquido que consta da conta 88 do ano 2019 da seguinte forma:

- a) 5%, do resultado líquido do exercício para as Reservas Legais - Conta 571;
- b) 95%, para reforço da conta 51 - Património;

Ficando assim discriminada a aplicação dos Resultados Líquidos do ano 2019:

☞ Conta 571 - Reservas Legais: 73.767,00 €;

☞ Conta 51 – Património: 1.401.572,92 €;

Descrição	Euros
Reservas Legais	73.767,00 €
Património	1.401.572,92€
Total	1.475.339,92 €

Período subsequente:

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações relevantes, que existissem à data de balanço, e que obrigassem a efetuar ajustamentos nas presentes demonstrações financeiras.



No entanto, o trabalho de fim de exercício ficou em atraso, afetado pelo surto do novo coronavírus (covid-19, na denominação oficial) que surgiu na China e se propagou neste nosso mundo global e que é um importante foco de risco, e que está a ter um importante impacto negativo nos dados de crescimento da economia mundial, mas nesta data não temos informação que nos permita quantificar, com algum grau de certeza, os impactos que se poderão verificar nas varias dimensões em que o Município se insere.

CONCLUSÃO

Estou convicto que:

- O Relatório de Gestão proporciona uma visão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício de 2019, espelhando a utilização dos meios afetos à persecução das atividades da Autarquia:

- Após a análise da presente Prestação de Contas, conclui-se que a utilização e o acompanhamento das verbas, decorreu de forma positiva e conforme os trâmites legais;

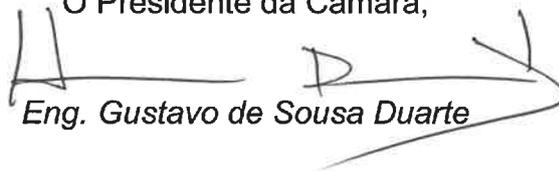
- Assim apresentada, a Conta de Gerência permite uma análise pormenorizada da atividade Municipal, explicando a situação económica relativa ao exercício em questão.

Os números estão corretos e a mesma deverá merecer a vossa aprovação.

Seguem-se as demonstrações financeiras patrimoniais e orçamentais

Vila Nova de Foz Côa, 8 de Maio de 2020

O Presidente da Câmara,



Eng. Gustavo de Sousa Duarte





4 - BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



4.1- BALANÇO

BALANÇO

ENTIDADE N.V.N.FOZ COA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

2019/01/01 a 2019/12/31

ANO 2019

PÁG. 1

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - L
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	320.189,72		320.189,72	320.189,72
452	Edifícios	213.763,06	3.225,82	210.537,24	40.207,86
453	Outras construções e infra-estruturas	12.045.376,72	3.419.884,84	8.625.491,88	4.652.513,43
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	147.860,26	17.284,89	130.575,37	126.942,90
459	Outros bens de domínio público	74.536,90	6.499,44	68.037,46	70.474,78
445	Imobilizações em curso	170.759,61		170.759,61	170.759,61
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		12.972.486,27	3.446.894,99	9.525.591,28	5.381.088,30
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	174.972,97	85.855,26	89.117,71	2.000,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	130.206,57	42.272,99	87.933,58	74.240,44
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		305.179,54	128.128,25	177.051,29	76.240,44
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	1.451.849,17		1.451.849,17	1.451.849,17
422	Edifícios e outras construções	44.356.647,34	12.528.870,12	31.827.777,22	32.590.047,92
423	Equipamento básico	686.596,04	548.380,35	132.215,69	116.393,11
424	Equipamento de transporte	1.702.990,26	1.433.549,96	269.440,30	266.840,97
425	Ferramentas e utensílios	85.890,81	69.815,14	16.075,67	18.699,14
426	Equipamento administrativo	1.039.070,63	825.934,96	113.135,67	126.678,05
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	657.158,55	485.284,09	161.874,46	196.480,44
442	Imobilizações em curso	3.827.883,77		3.827.883,77	4.155.209,86
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
		53.802.094,57	16.001.834,62	37.800.259,95	38.922.198,66
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	2.464.775,67		2.464.775,67	2.464.775,67
412	Obrigações e títulos de participação	1.053.689,19		1.053.689,19	1.053.689,19
414	Investimentos em imóveis	183.937,38		183.937,38	183.937,38
415	Outras aplicações financeiras	280,00		280,00	280,00
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		3.702.682,24		3.702.682,24	3.702.682,24
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				



BALANÇO

ENTIDADE N.V. DE FOZ COA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

2019/01/01 a 2019/12/31

ANO 2019

PÁG. 2

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	N/P	AL	AL
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c	2.973,08		2.973,08	3.014,08
212	Contribuintes c/c				6,25
213	Utentes c/c	53.812,01		53.812,01	57.008,08
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	20.053,76	20.053,76		
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	71.895,15		71.895,15	69.862,79
264	Administração autárquica				
262+263+267+268	Outros devedores	1.129.249,80		1.129.249,80	12.023,53
		1.277.983,80	20.053,76	1.257.930,04	141.914,73
	Títulos negociáveis:				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	3.702.315,93		3.702.315,93	2.694.797,75
11	Caixa	1.064,99		1.064,99	1.222,00
		3.703.380,92		3.703.380,92	2.696.019,75
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	172.566,93		172.566,93	153.467,26
272	Custos diferidos	21.557,65		21.557,65	3.039,28
		194.124,58		194.124,58	156.506,54
	Total de amortizações		19.576.857,86		
	Total de provisões		20.053,76		
	Total do activo	75.957.931,92	19.596.911,62	56.361.020,30	51.076.650,66



BALANÇO

ENTIDADE: M.V.N.FOZ CÔA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

2019/01/01 a 2019/12/31

ANO 2019

PÁG. 3

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDO PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
51	Fundos próprios:		
	Património	31.634.718,89	31.188.919,77
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	1.715.510,83	1.682.047,72
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
59	Resultados transitados	3.744.150,86	-122.190,43
88	Resultado líquido em exercício	1.475.339,92	469.262,23
		38.569.720,50	33.228.039,29
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	888.480,84	1.066.618,41
	Hívidas a terceiros - Médio e longo prazos		
		888.480,84	1.066.618,41
2312	Empréstimos a M/L Prazo	349.567,21	500.225,09
222	Fornecedores de Factoring		
		349.567,21	500.225,09
2617	Fornecedores Imobilizado - contratos futuros		
26887+268	Credores diversos - contratos futuros		17.072,00
			17.072,00
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	150.674,31	166.731,65
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores c/c		
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	104.760,47	128.412,90
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	8.529,84	33.348,79
24	Estado e outros entes públicos	35.790,77	34.144,00
264	Administração autárquica	17.072,00	95.320,98
262+263+267+268	Outros credores	1.297,07	161.106,97
222+2612+262	Garantias e cações	157.571,29	
		475.695,75	619.065,29
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	608.372,24	601.330,28



BALANÇO

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA 2019/01/01 a 2019/12/31 ANO 2019 PAG. 4

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
274	Proveitos diferidos	15.469.183,76	15.044.300,30
		16.071.556,00	15.645.630,58
	Total do passivo	17.791.299,80	17.848.611,37
	Total dos fundos próprios e do passivo	56.361.020,30	51.076.650,66

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de _____

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de _____

Quadro 20 - Balanço



4.2. - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
ENTIDADE: M.V.N.FOZ COA		MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA		ANO 2019	
				PÁG. 1	
		2019/01/01 a 2019/12/31			
Código da Contas		Exercício			
		N		N - 1	
61	Custos e perdas				
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	549.792,32		468.634,56	
	Matérias		549.792,32		468.634,56
62	Fornecimentos e serviços externos:		3.255.612,84		3.117.723,72
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	2.439.591,37		2.373.243,00	
643 a 648	Encargos sociais	686.473,04	3.126.070,41	670.405,52	3.043.648,52
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		669.635,01		643.952,53
66	Amortizações do exercício		1.668.557,85		1.546.616,91
67	Provisões do exercício		11.011,11		851.827,41
65	Outros custos operacionais		127.705,61		24.395,73
	(A)		9.408.385,15		9.696.799,38
68	Custos e perdas financeiros		3.381,77		6.476,35
	(C)		9.411.766,92		9.703.275,73
69	Custos e perdas extraordinários		205.182,00		364.737,25
	(E)		9.616.948,92		10.068.012,98
68	Resultado líquido do exercício.....		1.475.339,92		469.262,23
	(X)		11.092.288,84		10.537.275,21
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias				
7112+7113	Venda de produtos	281.750,86		259.744,24	
	(B)				
712	Prestações de serviços	981.587,39	1.263.338,25	1.013.904,37	1.273.648,61
	()		1.263.338,25		1.273.648,61
72	Impostos e taxas		2.137.777,08		2.243.781,08
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares				
74	Transferências e subsídios obtidos		7.316.379,81		7.009.912,05
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				
	(B)		9.717.495,14		9.527.341,74
78	Proveitos e ganhos financeiros		378.875,72		
	(D)		10.096.370,86		9.527.341,74
79	Proveitos extraordinários		985.917,98		1.009.933,47
	(F)		11.092.288,84		10.537.275,21
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		309.109,94		-169.451,64
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		375.493,95		-6.476,35
	Resultados Correntes: (D - C)		684.603,94		-175.833,99
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		1.475.339,92		469.262,23

ORÇÃO EXECUTIVO

Em ____ de _____ de ____

ORÇÃO DELIBERATIVO

Em ____ de _____ de ____

Quadro 21 - Demonstrações de Resultados



5 - MAPAS RESUMO DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL

38
CUP



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA



Relatório de Gestão 2019

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA - MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA		Período: 2019/01/01 a 2019/12/31		ANO 2019							
CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	PREVISÕES CORRIGIDAS (3)	RECEITAS POR INÍCIO DO ANO (4)	RECEITAS LIQUIDADAS (5)	LÍQUIDAÇÕES ANULADAS (6)	RECEITAS COBRADAS BRUTAS (7)	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LÍQUIDA (10 = 7 - 9)	RECEITAS POR COBRAR NO ANO FINAL DO ANO REC. (11 = 4 + 5 - 6 - 7)	GRAT. EXEC. FINAN. REC. (12) a
							EMITIDOS (8)	PAGOS (9)			
050702	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	1,00									
050703	EMPRESAS PRIVADAS	1,00									
050799	OUTRAS	152,00									
051001	RENDAS	10.726,00		10.935,00		10.935,00			10.935,00		201,5
051002	IMPOSTOS	1,00									
051003	IMPOSTOS	1,00									
051004	IMPOSTOS	1,00									
051005	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	10.722,00		10.935,00		10.935,00			10.935,00		202,0
051099	OUTROS	1,00									
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.756.333,00		6.341.018,89		6.341.018,89			6.341.018,89		93,9
0601	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANÇEIRAS	4,00									
060101	PÚBLICAS	3,00									
06010101	EMPRESAS PÚBLICAS	3,00									
06010102	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	1,00									
06010199	OUTRAS	1,00									
060102	PRIVADAS	1,00									
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	6.720.649,00		6.320.050,15		6.320.050,15			6.320.050,15		94,0
060301	ESTADO FINCO EQUILIBRIO	6.310.069,00		6.309.068,51		6.309.068,51			6.309.068,51		94,9
06030101	FINANÇEIRO	5.197.045,00		5.197.045,00		5.197.045,00			5.197.045,00		200,0
06030102	FSM - FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	43.801,00		43.801,00		43.801,00			43.801,00		100,0
06030103	PARTECIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS	46.317,00		46.317,00		46.317,00			46.317,00		100,0
06030199	OUTRAS	500.526,00		795.947,51		795.947,51			795.947,51		95,1
060306	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	410.556,00		46.659,51		46.659,51			16.951,64		4,1
060307	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	1,00									
0606	SEGURANÇA SOCIAL	35.680,00		20.968,74		20.968,74			20.968,74		59,6
060601	SISTEMA DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL	35.675,00		20.968,74		20.968,74			20.968,74		59,6
060604	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	1,00									
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS	1.322.360,00	63.509,72	1.300.388,24	4.054,78	1.288.554,06			1.288.554,06	71.683,16	97,4
0701	CORRENTES	305.405,00	23.775,70	301.366,98	2.992,92	297.268,05			297.268,05	24.886,31	97,3
070101	VENDA DE BENS	1,00									
070102	VENDA DE BENS DESCRITÓRICOS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	1,00									
070103	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	95,00		145,00		145,00			145,00		175,3
070104	FARMACUTICOS E ARTIGOS PESSOAIS	1,00									
070105	BENS INUTILIZADOS	4,00									
070106	MERCADORIAS	299.106,00	23.775,70	294.311,48	2.209,71	290.995,16			290.995,16	24.886,31	97,3
07010801	AGUA	256.105,00	23.775,70	254.311,46	2.209,71	250.955,16			250.955,16	24.886,31	97,3
07010802	OUTROS	1,00									
070109	MATERIAS DE CONSUMO	1,00									
070111	PRODUTOS ACABADOS E INTERMEDIOS	6.208,00		6.906,50	782,61	6.123,89			6.123,89		98,6
0701101	AGUA	74,00									
0701102	VENDA DE ELECTRICIDADE	5.454,00		6.906,50	752,61	6.123,89			6.123,89		111,5
070199	OUTROS	1,00									
070201	SERVIÇOS DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	494.419,00	40.124,06	472.684,24	1.062,46	464.948,99			464.948,99	46.796,85	94,0
070201	RECURSOS HUMANOS	256.475,00	19.708,60	200.412,07	119,25	197.506,15			197.506,15	22.588,23	96,7
070203	TELEFONIAS E EMBALOS	1,00									

(6) (12 = 10 / 3 * 100)

[Handwritten signature and initials]

[Handwritten signature]



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA



Relatório de Gestão 2019

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

CÓDIGO (1)	CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA DESCRIÇÃO (2)	PREVISÕES CORRIGIDAS (3)	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO (4)	RECEITAS LIQUIDADAS (5)	LIQUIDAÇÕES ANULADAS (6)	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA (10 = 7 - 9)	RECEITAS FOR COBRAR NO FINAL DO ANO DAS REC. (11=4+5-6-7)	ANO 2019 EAG. 3
						EMITIDOS (8)	PAGOS (9)			
070206	REPARAÇÕES SERVIÇOS SOCIAIS, GENÉRICOS, CULTURAIS E	50.510,00	10,00	47.961,50	130,00	47.841,50		47.841,50		94,7
07020901	SERVIÇOS SOCIAIS	3.512,00		4.095,00		3.975,00		3.975,00		113,2
07020902	SERVIÇOS CULTURAIS	10.054,00		5.416,50		5.416,50		5.416,50		29,3
07020903	SERVIÇOS DESEMPREGO	36.000,00	10,00	34.449,00	10,00	34.449,00		34.449,00		94,3
07020904	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	156.207,00	17.233,48	132.628,66	114,21	149.869,29		149.869,29	19.908,62	94,7
07020901	SANEAMENTO	3,00								
07020902	RESÍDUOS SÓLIDOS	34.933,00	12.369,60	195.471,32	102,00	193.246,00		193.246,00	15.022,90	96,7
07020903	TRANSPORTES COLETIVOS DE PESSOAS E MERCADORIAS	3.078,00	4.369,92	2.102,00		1.513,93		1.513,93	4.574,05	46,2
07020904	TRABALHOS POR CONTA DE PARTICULARES	1.139,00		2.816,87		2.816,87		2.816,87		210,4
07020905	CEMITÉRIOS	14.736,00		7.972,75		7.972,75		7.972,75		54,1
07020906	MERCADOS E FEIRAS	1.206,00		1.109,00		1.109,00		1.109,00		91,2
07020907	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	1,00								
07020908	PARQUES DE CAMPESMO	1,00								
07020909	OUTROS	2.705,00	0,54	3.242,89	12,21	3.028,24		3.028,24	11,67	118,9
0703	RENDAS	87.225,00	3.450,00	71.652,21	700,00	526.337,02		526.337,02	4.800,00	100,7
070301	RENTAS	222.536,00		526.337,02		526.337,02		526.337,02		200,7
070302	EDIFÍCIOS	1,00								
070303	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	522.534,00		526.337,02		526.337,02		526.337,02		200,7
0801	OUTRAS	54.159,00		13.256,39		12.485,00		12.485,00	773,55	23,1
080199	OUTRAS	54.159,00		13.256,39		12.485,00		12.485,00	773,55	23,1
08019901	INDENIZAÇÕES POR DESTRUIÇÃO, ROUBO E EXTRAVIO DE BENS PATRIMONIAIS	1.665,00								
09019902	INDENIZAÇÕES POR ESTRAGOS PROVOCADOS POR OUTREM EM VIATURAS OU EM QUAISSQUER									
09019903	OUTROS EQUIPAMENTOS PERTENCENTES AS AUTARQUIAS									
09019904	LOCAIS	1,00								
09019905	IVA REEMBOLSADO	51.656,00		13.256,39		12.485,00		12.485,00	773,55	24,1
09019906	DIVERSAS	2.301.436,99		1.367.636,54		1.367.636,54		1.367.636,54		59,4
09	RECEITAS DE CAPITAL	2.301.436,99		1.367.636,54		1.367.636,54		1.367.636,54		59,4
0901	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	2.518,00								
090101	TERRENOS	2.507,00								
090102	SOCIEDADES E EMPRESAS SOCIAIS NÃO FINANÇEIRAS	1,00								
090103	SOCIEDADES FINANÇEIRAS	1,00								
090104	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-ESTADO	1,00								
090105	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL-SERVIÇOS AUTÓNOMOS FUNDOS	1,00								

(a) (12 = 10 / 3 + 100)



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA



Relatório de Gestão 2019

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ENTIDADE	M.V.N.FOZ COA	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA	PREVISÕES CORRIGIDAS (3)	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO (4)	RECEITAS LIQUIDADAS (5)	LIQUIDAÇÕES ANULADAS (6)	RECEITAS COBRADAS BRUTAS (7)	REEMBOLSOS/RESSTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA (10 = 7 - 9)	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO (11=4+5-ε-7)	GRAU EXEC. CORRAR NO FINAL DAS REC. (12)A
								EMISSOS (8)	PAGOS (9)			
CÓDIGO (1)	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESCRIÇÃO (2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
050102	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL-	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL-	2.550,00									
090108	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-	-1,00									
090109	SEGURANÇA SOCIAL	SEGURANÇA SOCIAL	-1,00									
090110	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	8,00									
090301	FAMÍLIAS	FAMÍLIAS	-1,00									
090302	EDIFÍCIOS	EDIFÍCIOS	-1,00									
090303	SOCIEDADES E CURSES-SOCIEDADES NÃO FINANÇEIRA	SOCIEDADES E CURSES-SOCIEDADES NÃO FINANÇEIRA	-1,00									
090304	SOCIEDADES FINANÇEIRAS	SOCIEDADES FINANÇEIRAS	-1,00									
090305	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- ESTADO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- ESTADO	-1,00									
090306	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- AUTÓNOMOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- AUTÓNOMOS	-1,00									
090307	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	-1,00									
090308	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- SEGURANÇA SOCIAL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- SEGURANÇA SOCIAL	-1,00									
090309	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	3,00									
090310	FAMÍLIAS	FAMÍLIAS	-1,00									
090401	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	3,00									
09040101	SOCIEDADES E FINANÇEIRA	SOCIEDADES E FINANÇEIRA	-1,00									
09040102	EMPRESAS PÚBLICAS	EMPRESAS PÚBLICAS	1,00									
09040103	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E -INTERMUNICIPAIS	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E -INTERMUNICIPAIS	599,999,00									
09040104	OUTRAS PRIVADAS	OUTRAS PRIVADAS	1,00									
09040105	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.698,915,99									
09040106	ESTADO	ESTADO	1.025.117,00									
09040107	FEF - FUNDO DE EQUILIBRIO	FEF - FUNDO DE EQUILIBRIO	577.446,00									
09040108	FINANCEIRO TÉCNICA E EMPRESAS	FINANCEIRO TÉCNICA E EMPRESAS	1.504,00									
09040109	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - ESTADO - art. 99, n.º 3 da Lei n.º 79/2013	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - ESTADO - art. 99, n.º 3 da Lei n.º 79/2013	434.667,00									
09040110	OUTRAS	OUTRAS	11.500,00									
09040111	OUTRAS	OUTRAS	11.500,00									
09040112	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	673.787,88									
1001	SOCIEDADES E FINANÇEIRAS	SOCIEDADES E FINANÇEIRAS	600.000,00		1.367.636,54		1.367.636,54			1.367.636,54	1.367.636,54	52,5
100101	PÚBLICAS	PÚBLICAS	599,999,00		216.057,27		216.057,27			216.057,27	216.057,27	36,0
10010101	EMPRESAS PÚBLICAS	EMPRESAS PÚBLICAS	1,00		216.057,27		216.057,27			216.057,27	216.057,27	36,0
10010102	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E -INTERMUNICIPAIS	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E -INTERMUNICIPAIS	599,997,00		216.057,27		216.057,27			216.057,27	216.057,27	36,0
10010103	OUTRAS	OUTRAS	1,00									
10010104	PRIVADAS	PRIVADAS	1,00									
10010105	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.698,915,99		1.151.579,27		1.151.579,27			1.151.579,27	1.151.579,27	67,6
10010106	ESTADO	ESTADO	1.025.117,00		1.096.113,00		1.096.113,00			1.096.113,00	1.096.113,00	106,9
10010107	FEF - FUNDO DE EQUILIBRIO	FEF - FUNDO DE EQUILIBRIO	577.446,00		577.446,00		577.446,00			577.446,00	577.446,00	100,0
10010108	FINANCEIRO TÉCNICA E EMPRESAS	FINANCEIRO TÉCNICA E EMPRESAS	1.504,00		434.667,00		434.667,00			434.667,00	434.667,00	100,0
10010109	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - ESTADO - art. 99, n.º 3 da Lei n.º 79/2013	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - ESTADO - art. 99, n.º 3 da Lei n.º 79/2013	434.667,00		434.667,00		434.667,00			434.667,00	434.667,00	100,0
10010110	OUTRAS	OUTRAS	11.500,00		84.000,00		84.000,00			84.000,00	84.000,00	730,4
10010111	OUTRAS	OUTRAS	11.500,00		84.000,00		84.000,00			84.000,00	84.000,00	730,4
10010112	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	673.787,88		55.466,27		55.466,27			55.466,27	55.466,27	8,2
100307	COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS										

(a) (12 = 10 / 9 * 100)



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA



Relatório de Gestão 2019

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA - MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA Período: 2019/01/01 a 2019/12/31 ANO 2019 PAG. 5

CÓDIGO (1)	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DESCRIÇÃO (2)	PREVISÕES CORRIGIDAS (\$)	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO (4)	RECEITAS LIQUIDADAS (5)	LIQUIDAÇÕES ANULADAS (6)	RECEITAS COBRADAS BRUTAS (7)	REEMBOLSOS/PRESTIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA (10 = 7 - 9)	RECEITAS POR ENEC. COBRAR NO FINAL DO ANO DAS REC. (12)a
							EMITIDOS (8)	PAGOS (9)		
100306	SERVÍCIOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	-,00								
12	PASSIVOS FINANCEIROS	1,00								
1206	EMPRESTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZO	1,00								
120604	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-	-,00								
13	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- FUNDOS	2,00								
1301	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2,00								
130101	OUTRAS	-,00								
130199	INDEMNIZAÇÕES	-,00								
	OUTRAS RECEITAS	2.501.568,99	7.809,35	2.501.672,69	7.809,35	2.501.672,69			2.501.672,69	100,0
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00	7.509,35	108,70	7.809,35	108,70			108,70	10870
1501	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00	7.509,35	108,70	7.809,35	108,70			108,70	10870
150101	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	-,00	7.509,35	108,70	7.809,35	108,70			108,70	10870
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	2.501.568,99		2.501.568,99		2.501.568,99			2.501.568,99	100,0
1601	SALDO ORÇAMENTAL	2.501.568,99		2.501.568,99		2.501.568,99			2.501.568,99	100,0
162101	NA POSSE DO SERVIÇO	2.501.568,99		2.501.568,99		2.501.568,99			2.501.568,99	100,0
	TOTAL	19.996.252,56	71.939,19	12.670.356,28	11.959,91	12.657.874,81			12.657.874,81	72.456,71

(a) (15 = 10 / 3 * 100)

Quadro 22 - Mapa de controlo Orçamental da Receita



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA



Relatório de Gestão 2019

5.2. - CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA

MAPA DE CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA - POR PERÍODO E POR ORÇÂNICA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

PERÍODO : JANEIRO

A. DEZEMBRO

- 2019/12/31

ANO 2019
PÁG. 1

Table with columns: CODIGO (1), CLASSIFICAÇÃO, IZORAÇÕES, COMPROMISSOS ASSUMIDOS, DESPESA PAGA, DIFERENÇAS, and GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA. Rows include categories like ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, SERVIÇOS, and OUTRAS.

Handwritten signature

Handwritten signature



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA



Relatório de Gestão 2019

MAPA DE CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA - POR PERÍODO E POR ORÇAMENTAL

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

PERÍODO : JANEIRO A DEZEMBRO

2019/12/31

ANO 2019
PÁG. 3

COLÉGIO (L)	CLASSIFICAÇÃO (C)	DESCRIÇÃO (L)	LOTAÇÕES (L)			CONFERÊNCIAS ASSUNIDOS			DESPESA FOGA (7)	DIFERENÇAS		GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (L1) a:
			COBRANÇAS (3)	EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)	DOAÇÃO (8)	SALDO (9 = 3 - 4)		COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7)		
00016		SEMIFÉRIOS, EXPOSIÇÕES E SEMIARES	100,00	30.589,72		30.589,72	24.605,93	100,00	100,00	167,00	5.977,78	75,71
00017		PUBLICIDADE	30.590,00	4.454,01		4.454,01	3.505,93	1.566,56	7.584,07	1.102,00	1.102,00	42,40
00018		ASSISTÊNCIA TÉCNICA	6.000,00	395.435,51		395.435,51	105.658,04	54.502,40	4.668,07	4.668,07	1.102,00	42,40
00019		OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	244.100,00	30.590,00		30.590,00	25.935,03	30.590,00	82.158,04	30.590,00	30.590,00	75,73
00020		ENCARGOS DE CUBRANÇA DE RECEITAS	30.590,00	549.148,09		549.148,09	762.777,03	561.239,51	1.581,57	1.581,57	90,72	90,72
00021		OUTROS SERVIÇOS	908.000,00	4.706,65		4.706,65	4.455,64	2.399,35	1.430,30	1.430,30	561,239,51	54,16
00022		JUROS E OUTROS ENCARGOS	1.000,00	1.361,62		1.361,62	1.361,62	438,38	2.140,00	2.140,00	247,01	247,01
00023		JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	1.000,00	1.361,62		1.361,62	1.361,62	438,38	438,38	438,38	438,38	43,84
00024		SOCIEDADES FINANÇAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES	1.000,00	1.361,62		1.361,62	1.361,62	438,38	438,38	438,38	438,38	43,84
00025		EFETIVAÇÃO DE MEIO E LONGO PRAZO	1.000,00	1.361,62		1.361,62	1.361,62	438,38	438,38	438,38	438,38	43,84
00026		ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA	5.000,00	3.576,33		3.576,33	3.325,33	1.423,67	1.670,58	1.670,58	247,01	73,77
00027		DEPÓSITOS BANCÁRIOS	5.000,00	3.576,33		3.576,33	3.325,33	1.423,67	1.670,58	1.670,58	247,01	73,77
00028		OUTROS JUROS	500,00	681,00		681,00	650,00	431,00	431,00	431,00	68,55	68,55
00029		OUTROS JUROS	500,00	681,00		681,00	650,00	431,00	431,00	431,00	68,55	68,55
00030		OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	1.000,00	1.361,62		1.361,62	1.361,62	438,38	1.000,00	1.000,00	13,62	1,36
00031		OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	1.000,00	1.361,62		1.361,62	1.361,62	438,38	1.000,00	1.000,00	13,62	1,36
00032		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.000,00	1.361,62		1.361,62	1.361,62	438,38	1.000,00	1.000,00	13,62	1,36
00033		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	48.000,00	1.058.552,36		1.058.552,36	1.058.552,36	347,87	1.058.552,36	1.058.552,36	49.128,78	49,13
00034		ESTADO	35.000,00	35.000,00		35.000,00	34.631,62	34.631,62	34.631,62	34.631,62	34,63	34,63
00035		ADMINISTRAÇÃO LOCAL	582.000,00	889.689,66		889.689,66	840.920,35	840.920,35	889.689,66	889.689,66	42.757,81	53,54
00036		COMUNIDADE	582.000,00	889.689,66		889.689,66	840.920,35	840.920,35	889.689,66	889.689,66	42.757,81	53,54
00037		MUNICÍPIOS	1.000,00	1.361,62		1.361,62	1.361,62	438,38	1.000,00	1.000,00	13,62	1,36
00038		FREGUESIAS	1.000,00	1.361,62		1.361,62	1.361,62	438,38	1.000,00	1.000,00	13,62	1,36
00039		ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS	1.000,00	1.361,62		1.361,62	1.361,62	438,38	1.000,00	1.000,00	13,62	1,36
00040		REGIÕES DE TRANSITO	1.000,00	1.361,62		1.361,62	1.361,62	438,38	1.000,00	1.000,00	13,62	1,36
00041		OUTROS	4.800,00	4.800,00		4.800,00	4.800,00	1,00	4.800,00	4.800,00	4,80	4,80
00042		COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO	4.800,00	4.800,00		4.800,00	4.800,00	1,00	4.800,00	4.800,00	4,80	4,80
00043		OUTROS	3.000,00	3.000,00		3.000,00	3.000,00	1,00	3.000,00	3.000,00	3,00	3,00
00044		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	415.000,00	375.708,51		375.708,51	1.450,00	1.450,00	1.450,00	1.450,00	41,50	41,50
00045		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	415.000,00	375.708,51		375.708,51	1.450,00	1.450,00	1.450,00	1.450,00	41,50	41,50
00046		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	15.000,00	15.000,00		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15,00	15,00
00047		OUTRAS	15.000,00	15.000,00		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15,00	15,00
00048		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	84.711,45	84.711,45		84.711,45	73.788,73	73.788,73	73.788,73	73.788,73	11.002,77	11,00
00049		DIVERSAS	84.711,45	84.711,45		84.711,45	73.788,73	73.788,73	73.788,73	73.788,73	11.002,77	11,00
00050		IMPOSTOS E TAXAS	51.343,79	51.343,79		51.343,79	43.708,72	43.708,72	43.708,72	43.708,72	7.635,07	7,64
00051		IMPOSTOS E TAXAS PAGOS PELA AUTARQUIA	51.343,79	51.343,79		51.343,79	43.708,72	43.708,72	43.708,72	43.708,72	7.635,07	7,64
00052		TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS - ITR	58.684,66	58.684,66		58.684,66	49.571,94	49.571,94	49.571,94	49.571,94	9.112,72	9,11
00053		OUTRAS	3.759,13	3.759,13		3.759,13	4.186,78	4.186,78	4.186,78	4.186,78	4.186,78	4,19
00054		RESTITUIÇÕES DE IMPOSTOS OU TAXAS CORRENTES	1.403,00	1.403,00		1.403,00	1.403,00	1.403,00	1.403,00	1.403,00	1,40	1,40
00055		OUTRAS	59.371,78	59.371,78		59.371,78	52.770,78	52.770,78	52.770,78	52.770,78	6.601,00	6,60
00056		OUTRAS RESTITUIÇÕES	1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1,00	1,00
00057		ITR FOGO	3.830,00	3.830,00		3.830,00	3.830,00	3.830,00	3.830,00	3.830,00	3,83	3,83
00058		ADQUIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	58.000,00	58.000,00		58.000,00	58.000,00	58.000,00	58.000,00	58.000,00	58,00	58,00
00059		OUTRAS	3.830,00	3.830,00		3.830,00	3.830,00	3.830,00	3.830,00	3.830,00	3,83	3,83
00060		INVESTIMENTOS	3.830,00	3.830,00		3.830,00	3.830,00	3.830,00	3.830,00	3.830,00	3,83	3,83
00061		INVESTIMENTOS	3.830,00	3.830,00		3.830,00	3.830,00	3.830,00	3.830,00	3.830,00	3,83	3,83
00062		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00063		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00064		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00065		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00066		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00067		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00068		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00069		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00070		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00071		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00072		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00073		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00074		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00075		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00076		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00077		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00078		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00079		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00080		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00081		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00082		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00083		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00084		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00085		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00086		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00087		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5,00	5,00
00088		RENTAS	5.000,00	5.000,00		5.000,00						



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA



Relatório de Gestão 2019

ENTIDADE: M.V.N.FOZ COA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

PERÍODO: JANEIRO

31 DEZEMBRO

2019/12/31

ANO 2019
PÁG. 4

CLASSIFICAÇÃO	TOTAL		COMPROSSOS ASSIMILADOS		TOTAL	DESPESA VAGA (7)	DIFERENÇAS		ERRA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11); a)
	(1)	(2)	(3)	(4)			(5 = 3 - 4)	(6 = 5 - 7)	
CODIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)	POTÁCIAS CORRIGIDAS (3)	EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	(6)	(7)	JOTAÇÃO MAC COMERCIALIZADA (8 = 3 - 4)	SALDO (9 = 3 - 7)	COMPROSSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7)
07010406	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	54.500,00	5.359,21	5.359,21	5.359,21	5.359,21	75.406,75	75.406,75	13.76
07010407	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	160.100,00	6.254,00	6.254,00	6.254,00	5.972,40	153.946,00	454.227,60	381,60
07010409	SINALIZAÇÃO E TRÁFEGO	20.000,00	147,60	147,60	147,60	147,60	19.852,40	19.852,40	0,74
07010410	CEMITÉRIOS	100,00					100,00	100,00	
07010413	OUTROS	758.484,30	445.455,20	5.332.755,50	5.748.645,70	221.574,89	258.599,71	463.520,17	194.221,45
070106	MATERIAL DE TRANSPORTES	422.000,00	42.741,90	42.741,90	42.741,90	60.359,01	58.255,10	60.416,58	1.355,94
07010601	OUTROS	422.000,00	42.741,90	42.741,90	42.741,90	60.359,01	58.255,10	60.416,58	1.355,94
070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	71.773,94	48.735,42	3.628,50	36.470,42	36.470,42	58.389,37	55.259,57	7.257,30
070108	SOFTWARES INFORMÁTICOS	46.100,00	20.668,62	32.367,93	20.668,62	23.668,62	11.434,23	11.434,18	71,49
070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	26.100,00	10.763,65	6.146,78	6.146,78	6.146,78	15.316,25	15.316,18	4.636,10
070110	EQUIPAMENTO BÁSICO:	38.500,00	74.691,46	5.867,10	5.867,10	67.465,52	13.501,84	21.032,08	7.232,24
070111	OUTROS	38.500,00	74.691,46	6.867,10	6.867,10	67.465,52	13.501,84	21.032,08	7.232,24
070112	FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS	5.000,00	4.335,89	4.335,89	4.335,89	4.335,89	664,11	664,11	76,25
070113	FERRAMENTOS E OBJETOS DE VALOR	100,00					100,00	100,00	36,72
070114	OUTROS INVESTIMENTOS	5.000,00	442,60	442,60	442,60	442,60	4.557,20	4.557,20	5,86
070115	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	763.701,30	367.310,53	367.310,53	367.310,53	180.269,33	366.393,07	583.431,87	137.041,50
08	SOCIEDADES E GRUPO-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	14.701,30	13.404,52	13.404,52	13.404,52	13.404,52	1.296,78	1.296,78	
080101	PÚBLICAS	1,30					1,30	1,30	
08010101	ENTESSES PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	1,30					1,30	1,30	
080102	PRIVADAS	14.700,00	13.404,52	13.404,52	13.404,52	13.404,52	1.295,48	1.295,48	91,15
0803	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
080301	ESTADO	1.000,00					1.000,00	1.000,00	
0805	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	575.250,00	152.715,35	152.715,35	152.715,35	17.760,75	362.480,65	557.439,25	164.959,60
080501	COMUNIDADE	575.250,00	152.715,35	152.715,35	152.715,35	17.760,75	362.480,65	557.439,25	164.959,60
08050101	FREGUESIAS	575.250,00	152.715,35	152.715,35	152.715,35	17.760,75	362.480,65	557.439,25	164.959,60
08050102	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	550.750,00	179.530,57	179.530,57	179.530,57	14.571,97	311.169,98	536.129,03	164.959,60
08050103	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO	25.000,00	3.184,78	3.184,78	3.184,78	3.184,78	12.300,00	12.300,00	
08050104	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	14.500,00	3.185,75	3.185,75	3.185,75	3.185,75	9.311,22	9.311,22	25,51
0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	172.500,00	171.157,06	171.157,06	171.157,06	149.104,08	1.642,94	23.695,94	22.083,00
080701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS - SUBSISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CIDADANIA - REGIME DE SOLIDARIEDADE	172.500,00	171.157,06	171.157,06	171.157,06	149.104,08	1.542,94	23.595,94	22.063,00
080702	PROTEÇÃO SOCIAL DE CIDADANIA - REGIME DE SOLIDARIEDADE	100,00					100,00	100,00	
09	ATIVIDADES FINANCEIRAS	34.144,00	34.144,00	34.144,00	34.144,00	34.144,00	34.144,00	34.144,00	
0908	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	34.144,00	34.144,00	34.144,00	34.144,00	34.144,00	34.144,00	34.144,00	
090802	SOCIEDADES E GRUPO-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - FUS	34.144,00	34.144,00	34.144,00	34.144,00	34.144,00	34.144,00	34.144,00	100,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	166.715,22	166.715,22	166.715,22	166.715,22	166.715,22	166.715,22	166.715,22	5.784,72
1006	DEBENTURES A MEDIO E LONGO PRAZO	166.715,22	166.715,22	166.715,22	166.715,22	166.715,22	166.715,22	166.715,22	5.784,72
100603	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	152.539,00	152.539,00	152.539,00	152.539,00	152.539,00	152.539,00	152.539,00	2.041,58
10060301	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO	20.000,00	16.257,20	16.257,20	16.257,20	16.257,20	3.742,80	3.742,80	31,29

Quadro 23 - Mapa de controlo Orçamental da Despesa



5.3. - RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE N.V.N.FOZ COA

MUNICIPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

ANO 2019

PAG. I

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		2.696.019,75	Despesas orçamentais		9.147.855,95
Execução orçamental	2.501.563,99		Correntes	7.720.179,17	
Operações de tesouraria ...	194.455,76		Capital	1.427.676,78	
Receitas orçamentais		10.156.310,82	Operações de tesouraria		616.919,61
Correntes	8.788.565,58		Saldo para a gerência seguinte ...		3.703.380,92
Capital	1.367.636,54		Execução orçamental	3.510.018,86	
Outras	108,70		Operações de tesouraria	193.362,06	
Operações de tesouraria		615.825,91	Total		13.468.156,48
Total		13.468.156,48			

Quadro 24 - Mapa Resumo dos Fluxos de Caixa



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



8.1 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

CÓDIGO 8.1 DO POCAL

GERÊNCIA

De 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2019

8.1.1

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

Número de Identificação Fiscal: 506 829 197

Endereço Postal: PRAÇA DE MUNCÍPIO, 5150-642 VILA NOVA DE FOZ CÔA

Telefone: 279 760 400

Regime Financeiro: o estabelecido na Lei nº 73/2013 de 03 de setembro

8.1.2

Legislação, constituição e orgânica: Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro

Funcionamento: Decreto-Lei nº 305/2009 de 23 de Outubro

8.1.3

ORGANIZAÇÃO INTERNA

	Data da Aprovação	Data da Publicação	Diário da República
Estrutura orgânica	30.11.2018	18.12.2018	Nº243
Mapa de pessoal	30.11.2018	18.12.2018	Nº243
Reestruturação de serviços	30.11.2018	18.12.2018	Nº243

8.1.4

Descrição sumária das Atividades: Administração Local

8.1.5

COMPOSIÇÃO DO ORGÃO EXECUTIVO

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro

Gustavo de Sousa Duarte

João Paulo Lucas Donas Botto Sousa

Fernando Augusto Mimoso Fachada

Jorge Manuel Pais Marçal Liça

Ondina da Conceição de Sousa Parchão

8.1.6 Organização Contabilística

A organização e processamento da Contabilidade assentam num conjunto de aplicações informáticas integradas entre si: Pocal, Aplicação de Gestão de Águas, Gestão de Pessoal e Património.

As aplicações informáticas são suportadas pelo seguinte hardware:

Uma rede ETHERNET de PC'S com sistema operativo Windows a trabalhar sobre uma plataforma

LINUX instalada em dois servidores em bastidor próprio, protegido contra falhas de corrente eléctrica por uma unidade de Socorro (UPS) de 10 Kva.

Regularmente o sistema processa cópias de segurança de toda a informação registada.

Não existe neste Município descentralização contabilística.

PONTO III DA RESOLUÇÃO Nº 4/2001 - 2ª SECÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS - D.R. II Série, nº 191 de 18 de Agosto de 2001

a) INDICADORES DE GESTÃO

50



Fundo Equilíbrio Financeiro.....	6.209.131,00 €
Participação Fixa no IRS.....	168.312,00 €
Fundo Social Municipal.....	143.801,00 €

b) INVESTIMENTOS REALIZADOS POR ESTE MUNICÍPIO

Despesas de Investimento no ano anterior ao da Gerência em apreciação	1.657.243,46 €
---	----------------

c) ACÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

Identificação da última inspeção averiguação ou inquérito, realizado ao Município:
Data do início da ação em 2010/10/11, pela entidade IGAL - processo nº 91400.

d) ENCARGOS FINANCEIROS

Quota parte das amortizações e encargos financeiros resultantes de empréstimos contraídos pelas Associações de municípios em que a entidade participe e ou empresas públicas municipais.	243.605,72 €
--	--------------

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1 - Indicação e justificação das disposições do POCAL, que em casos excepcionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos no balanço e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Autarquia Local. Sobre o conteúdo desta alínea nada há a assinalar;

8.2.2 - Neste exercício e tendo em vista melhorar a apresentação das contas foram feitos ajustamentos no quadro de contas do exercício de 2019, quer no mapa do balanço ajustando de forma mais adequada a exigibilidade das dívidas, quer no mapa da demonstração de resultados com a alteração do conteúdo de contas entre rubricas, pois na ligação entre o processo orçamental e o processo patrimonial tem algumas configurações que necessitam de ajustamento.

8.2.3 - Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

8.2.3.1.0 - Referencial contabilístico



As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Autarquia e de acordo com as normas vertidas no POCAL- Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais, regulado pelos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, aprovou o atual sistema contabilístico das Autarquias Locais (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL), que entrou em vigor em 1 de janeiro do ano 2002, de 11 de setembro.

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

8.2.3.1 - Imobilizações

8.2.3.1.1 Imobilizações corpóreas próprias

Mensuração

O ativo imobilizado corpóreo, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

a) Considera-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

b) Considera-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada, ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período.

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em



funcionamento, as taxas de amortização definidas na portaria nº 671/2000 CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado

8.2.3.1.2 Imobilizações Incorpóreas

Mensuração

O ativo imobilizado incorpóreo, é valorizado ao custo de aquisição.

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período.

As despesas de instalação, bem como as de investigação e de desenvolvimento, são amortizadas no prazo máximo de cinco anos.

8.2.3.1.3 Imobilizações Financeiras

Mensuração

Os investimentos financeiros, são valorizados ao custo de aquisição.

Considera-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

Imparidades

Nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, tiverem, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objeto da correspondente redução, através de conta apropriada. Esta não deve subsistir logo que deixe de se verificar a situação indicada.

8.2.3.1.4 Bens de Domínio Público

Os bens de domínio público são incluídos no ativo imobilizado da autarquia, se esta for responsável pela sua administração ou controlo, estejam ou não afetos à sua atividade operacional.



A valorização destes bens será efetuada, sempre que possível, ao custo de aquisição ou ao custo de produção, conforme descrito no ponto 8.2.3.1.1.

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período.

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento, as taxas de amortização definidas na portaria nº 671/2000 CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

8.2.3.1.5 - Critérios genéricos

8.2.3.1.5.1. Aquisições a título gratuito

Quando se trate de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito deverá considerar-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. O critério de valorimetria aplicado deverá ser explicitado e justificado no anexo adequado (nota 8.2.3).

Caso este critério não seja exequível, o imobilizado assume o valor zero, até ser objeto de uma grande reparação, assumindo então o montante desta.

Na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumam o valor zero, devem ser identificados em anexo e justificada aquela impossibilidade (nota 8.2.14).

8.2.3.1.5.2 Transferências de ativos

No caso de transferências de ativos entre entidades abrangidas pelo presente Plano ou por este e pelo POCP, o valor a atribuir será o valor constante nos registos contabilísticos da entidade de origem, desde que em conformidade com os critérios de valorimetria estabelecidos no presente Plano, salvo se existir valor diferente do fixado no diploma que



autorizou a transferência ou, em alternativa, valor acordado entre as partes e sancionado pelos órgãos e entidades competentes.

Na impossibilidade de aplicação de qualquer das alternativas referidas, será aplicado o critério definido no n.º 8.2.3.1.5.1.

8.2.3.1.5.3 - Imparidades

Quando à data do balanço os elementos do ativo imobilizado corpóreo e incorpóreo, seja ou não limitada a sua vida útil, tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, devem ser objeto de amortização correspondente à diferença, se for de prever que a redução desse valor seja permanente. Aquela amortização extraordinária não deve ser mantida se deixarem de existir os motivos que a originaram.

8.2.3.1.5.4 - Avaliação inicial

No caso de inventariação inicial de ativos cujo valor de aquisição ou de produção se desconheça, na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumam o valor zero, devem ser identificados em anexo e justificada aquela impossibilidade (nota 8.2.14).

8.2.3.1.5.5 - Reavaliações

Como regra geral, os bens de imobilizado não são suscetíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respetivos critérios de valorização

8.2.3.1.5.6 - Capitalização de juros

Sem prejuízo do princípio geral de atribuição dos juros suportados aos resultados do exercício, quando os financiamentos se destinarem a imobilizações, os respetivos custos poderão ser imputados à compra e produção das mesmas, durante o período em que elas estiverem em curso, desde que isso se considere mais adequado e se mostre consistente.

Se a construção for por partes isoláveis, logo que cada parte estiver completa e em condições de ser utilizada cessará a imputação dos juros a ela inerentes.



8.2.3.2 - Existências

8.2.3.2.1- Mensuração

As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção

1 Considera-se como custo de aquisição de um bem a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

2 Considera-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

3 Se o custo de aquisição ou o custo de produção for superior ao preço de mercado, será este o utilizado.

4 Quando na data do balanço haja obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, bem como outros fatores análogos, deverá ser utilizado o critério referido no n.º 3.

5 Os subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos são valorizados, na falta de critério mais adequado, pelo valor realizável líquido.

Entende-se como preço de mercado o custo de reposição ou o valor realizável líquido, conforme se trate de bens adquiridos para a produção ou de bens para venda.

Entende-se como custo de reposição de um bem o que a entidade teria de suportar para o substituir nas mesmas condições, qualidade, quantidade e locais de aquisição e utilização.

Considera-se como valor realizável líquido de um bem o seu esperado preço de venda deduzido dos necessários custos previsíveis de acabamento e venda.

8.2.3.2.2 - Provisões

Relativamente às situações previstas nos n.ºs 3 e 4 do ponto 8.3.2.2.1, as diferenças serão expressas pela provisão para depreciação de existências, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.



8.2.3.2.3 - Métodos de custeio

Os métodos de custeio das saídas de armazém a adotar são o custo específico ou o custo médio ponderado.

8.2.3.3 - Dívidas de e a terceiros

8.2.3.3.1 - Mensuração

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

8.2.3.3.2 - Provisões

Os riscos de incobrabilidade relativos a dívidas de terceiros, são provisionados.

As provisões que respeitem a riscos e encargos resultantes de dívidas de terceiros não devem ultrapassar as necessidades.

8.2.3.4 - Disponibilidades

8.2.3.4.1 - Mensuração

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

As disponibilidades em moeda estrangeira são expressas no balanço ao câmbio em vigor na data a que ele se reporta.

As diferenças de câmbio apuradas na data de elaboração do balanço final do exercício são contabilizadas nas contas 685 «Custos e perdas financeiros - Diferenças de câmbio desfavoráveis» ou 785 «Proveitos e ganhos financeiros - Diferenças de câmbio favoráveis».

Os títulos negociáveis e as outras aplicações de tesouraria são expressos no balanço pelo seu custo de aquisição (preço de compra acrescido dos gastos de compras).



Se o custo de aquisição for superior ao preço de mercado será este o utilizado.

8.2.3.4.2 - Provisões

Na situação prevista no ponto anterior de o preço de mercado, ser inferior ao custo de aquisição deve constituir-se ou reforçar a provisão pela diferença entre os respetivos preços de aquisição e de mercado. A provisão será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que levaram à sua constituição.

8.2.3.5 - Provisões (2.7.1 POCAL)

A constituição de provisões deve respeitar apenas às situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não devendo a sua importância ser superior às necessidades.

Não se deve proceder à anulação e sequente constituição de uma provisão.

São consideradas situações a que estejam associados riscos as que se referem, nomeadamente, às aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Provisões para cobranças duvidosas

Para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas, consideram-se as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dívidas referidas no parágrafo anterior é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

As dívidas que tenham sido reclamadas judicialmente ou em que o devedor tenha pendente processo de execução ou esteja em curso processo especial de recuperação da



empresa ou de falência são tratadas como «Custos e perdas extraordinários», quando resulte do respetivo processo judicial a dificuldade ou impossibilidade da sua cobrança e sejam dadas como perdidas.

Provisões para outros riscos e encargos

Provisão: é um passivo de tempestividade ou quantia incerta.

As provisões para outros riscos e encargos são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Autarquia como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigação presente que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Autarquia não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

8.2.3.6 - Amortizações (ponto 2.7.2 POCAL)

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.



Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na lei.

O valor unitário e as condições em que os elementos do ativo imobilizado sujeitos a depreciação ou o deperecimento possam ser amortizados num só exercício são os definidos na lei.

A fixação de quotas diferentes das estabelecidas na lei, para os elementos do ativo imobilizado corpóreo adquirido em 2.^a mão, é determinada pelo órgão deliberativo da autarquia local sob proposta do órgão executivo, acompanhada de justificação adequada.

8.2.4 - Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no Balanço e Demonstração de Resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.

Todas as operações registadas e incluídas nas contas do Balanço e Demonstração de Resultados estão registadas em euros.

8.2.5 - Situações em que o resultado do exercício foi afetado. Nada a referenciar.

8.2.6 - Comentários às contas 43.1 “Despesas de Instalação” e 43.2 “Despesas de Investigação e Desenvolvimento”. Nada a referenciar.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:



Imobilizado Corpóreo
Resumo do movimento Anual

Conta do Razão	Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2018	Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2019
			Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	
DOMINIO PRIVADO						
Terrenos e Recursos Naturais		1.451.849,17 €	0,00 €		0,00 €	1.451.849,17 €
Edifícios e O.Construções		44.089.642,30 €	368.715,34 €		101.710,30 €	44.356.647,34 €
Equipamento Básico		611.917,88 €	68.678,16 €		0,00 €	680.596,04 €
Equipamento de Transporte		1.635.510,31 €	67.487,95 €		0,00 €	1.702.998,26 €
Ferramentas e Utensílios		81.215,44 €	4.675,37 €		0,00 €	85.890,81 €
Equipamento Administrativo		996.538,23 €	42.792,55 €		260,15 €	1.039.070,63 €
Taras e Vasilhames						
Outras Imob. Corpóreas		647.053,77 €	10.104,78 €			657.158,55 €
Total		49.513.727,10 €	562.454,15 €	0,00 €	101.970,45 €	49.974.210,80 €
DOMINIO PUBLICO						
Terrenos		320.189,72 €				320.189,72 €
Edifícios		42.563,99 €	171.199,07 €			213.763,06 €
Outras Const e Infraestruturas		7.690.913,42 €	4.354.463,30 €			12.045.376,72 €
Bens de Patri. Histórico, Artístico e Cultural		140.970,26 €	6.890,00 €			147.860,26 €
Outros Bens Dom Pub		74.536,90 €				74.536,90 €
Total		8.269.174,29 €	4.532.552,37 €	0,00 €	0,00 €	12.801.726,66 €
Total Geral		57.782.901,39 €	5.095.006,52 €		101.970,45 €	62.775.937,46 €

Quadro 25 - Imobilizado Corpóreo

61

**Imobilizado Em Curso**
Resumo do movimento Anual

Conta do Razão		Saldo Razão em 31-12-2018	Movimentos		Saldo Razão em 31-12-2019
Nº	Descrição		Aumentos	Transferênc.	
442	Imobilizações em Curso de Imobilizações Corpóreas	4.155.209,86€	570.621,07 €	-897.947,16€	3.827.883,77€
445	Imobilizações em Curso de Bens de Domínio Público	170.759,61 €			170.759,61
		4.325.969,47€	654.645,87€	-897.947,16 €	3.998.643,38 €

Quadro 26 - Imobilizado em Curso

Imobilizado Incorpóreo
Resumo do movimento Anual

Conta do Razão		Saldo Razão em 31-12-2018	Movimentos	Saldo Razão em 31-12-2019
Nº	Descrição		Aumentos	
431	Despesas de instalação	74.727,97 €	100.245,00€	174.972,97 €
432	Despesas de invest. e desenv.	105.675,45€	24.531,12€	130.206,57 €
433	Propriedade industrial e outros direitos			0,00 €
		180.403,42€	124.776,12€	305.179,54 €

Quadro 27 - Imobilizado Incorpóreo



Amortizações Acumuladas-resumo anual

Nº	Conta de Razão Designação	Saldo de Razão em 31-12-2018	Movimento de 2019				Saldo de Razão em 31-12-2019
			Reforço	Anulações por Abates	Transferências	Regularizações	
48.5.2	Edifícios	2.356,13	869,69 €				3.225,82 €
48.5.3	Outras Construções e Infraestruturas	3.038.399,99 €	381.484,85 €				3.419.884,84 €
48.5.5	Bens de Patri. Histórico, Artístico e Cultura	14.027,36 €	3.257,53 €				17.284,89 €
48.5.9	Outros Bens de Domínio Público	4.062,12 €	2.437,32 €				6.499,44 €
	Total	3.058.845,60 €	388.049,39 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.446.894,99 €
48.2.1	Terrenos e Recursos Naturais						
48.2.2	Edifícios e O. Construções	11.499.594,38 €	1.031.835,56 €			2.559,82 €	12.528.870,12 €
48.2.3	Equipamento Básico	495.524,77 €	52.855,58 €				548.380,35 €
48.2.4	Equipamento de Transporte	1.368.669,34 €	64.880,62 €				1.433.549,96 €
48.2.5	Ferramentase e Utensílios	62.516,30 €	7.298,84 €				69.815,14 €
48.2.6	Equipamentos Administrativos	869.860,18 €	56.334,93 €			260,15 €	925.934,96 €
48.2.7	Taras e Vasilhame						
48.2.9	O. Imobilizações Corpóreas	450.573,33 €	44.710,76 €				495.284,09 €
	Total	14.746.738,30 €	1.257.916,29 €	0,00 €	0,00 €	2.819,97 €	16.001.834,62 €
48.3.1	Despesas de instalação	72.727,97 €	13.127,29 €				85.855,26 €
48.3.2	Despesas de invest. e desenv.	31.435,01 €	10.837,98 €				42.272,99 €
48.3.3	Propriedade industrial e outros direitos						
48.3.4							
	Total	104.162,98 €	23.965,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	128.128,25 €
	Total Geral	17.909.746,88 €	1.669.930,95 €	0,00 €	0,00 €	2.819,97 €	19.576.857,86 €

Quadro 28 - Amortizações Acumuladas



Divulgações:

Na valorimetria dos bens do ativo imobilizado foi utilizado o critério do custo histórico, tendo as amortizações sido calculadas pelo método das quotas constantes, obedecendo às disposições do POCAL e do CIBE.

O processo de inventariação e avaliação do património foi desenvolvido pelas seguintes fases:

-Numa primeira fase, foram inventariados os bens constantes das contas da classe 4 imobilizada, adquiridos como tal e assim registados. Este trabalho desenvolvido só abrangeu aquisições desde 2003 até 2008.

-Numa segunda fase, foram feitas correções a erros detetados quanto à classificação de bens e aquisições, que de facto não correspondiam a bens capitalizáveis. Estas correções, traduziram-se em reclassificações contabilísticas e ajustamentos contabilísticos.

-Numa terceira fase, foram identificados bens, nomeadamente imóveis e viaturas adquiridos antes da implementação do POCAL pela Autarquia em 2003, que foram valorizados e acrescidos ao imobilizado com ajustamentos nos capitais próprios.

- Os serviços têm continuado a identificar, inventariar, mensurar e registar todos os bens, de que o presente exercício é um exemplo.

Apesar do trabalho já desenvolvido, não foi possível arrolar, inventariar e valorizar parte dos bens do domínio público utilizados pelo Município ou à sua guarda, mas que não afetam os valores expressos no balanço, pois o valor que lhes será atribuído é zero, nos termos do POCAL.

8.2.8 - Desagregação de cada uma das rubricas dos mapas antecedentes, esta informação encontra-se referenciada nos mapas do Património.

8.2.9 - Custos incorridos no exercício respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, o Município não está a capitalizar este tipo de juros.

8.2.10 - Não há reavaliação dos bens do imobilizado.

8.2.11 - Quadro discriminativo das reavaliações, o Município não efetuou qualquer reavaliação dos bens do imobilizado.



8.2.12 - No que se refere às Imobilizações em poder de terceiros, Imobilizações implantadas em propriedade alheia, Imobilizações reversíveis e discriminação de custos financeiros nelas capitalizáveis, temos a referir o seguinte:

O município implementou um Centro de Alto Rendimento para Remo do Pocinho, em terrenos que são propriedade da EDP, com direito de uso durante 50 anos

8.2.13 - O Município não recorreu neste exercício ao regime de locação financeira.

8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Não foi até à data, possível valorizar todo o imobilizado que são bens de domínio público à responsabilidade do Município, com datas de aquisição ou afetação anteriores a 2003, porque a inventariação e arrolamento desses bens, apesar de se terem iniciado, não foi possível ainda concluí-la por manifesta falta de informação e de meios humanos e materiais adequados.

8.2.15 - Identificações dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Só procedemos a amortizações de bens de domínio público, que são depreciables.

8.2.16 - Entidades Participadas.

Designação	Sede	Valor	%	Capital	Resultado Líquido	Ano
Ribeira da Teja, E.M.Lda	Rua Ciade Nova nº 2. 5150-566 V.N. de Foz Côa	1.400.000€	56,0%	2.500.000 €	201.443,57€	2019
Águas do Norte, SA	Av. Osnabruk, nº 29 5000-427Vila Real	115.890,00€	0,104%	111.061732,00€	5.208.557,00€	2019

Quadro 29 - Entidades Participadas

A Ribeira da Teja EM Lda., com 56%, com estatuto de empresa local faz parte do seu perímetro de consolidação.

8.2.17 - Não aplicável

8.2.18 - Não aplicável

8.2.19 - Não aplicável

8.2.20 - Não aplicável



8.2.21 - Não aplicável

8.2.22 - O valor global das dívidas de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa no montante de 20.053,76€.

8.2.23 - Não existem dívidas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

8.2.24 - Não aplicável

8.2.25 - Não aplicável

8.2.26 - Mapa de contas de ordem em anexo à prestação de contas.

8.2.27 - A conta de provisões acumuladas reflete o reconhecimento da perda que se pode verificar em clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa no montante de 20.053,76€ e dos Processos Judiciais em Curso o montante de 888.480,84€.

8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 "Fundo patrimonial", constantes do balanço.

CONTAS CLASSE	DESCRIÇÃO	ANO 2018	Afetação do Resultado	Variações do Exercício	ANO 2019
51	Património	31.188.919,77€	445.777,12€		31.634.718,89€
57	Reservas	1.692.047,72€	23.463,11€		1.715.510,83€
59	Resultados Transitados	-122.190,43€	3.866.341,29€		3.744.150,86€
88	Resultado Líquido do Exercício	469.262,23€	716.501,97€		1.475.339,92€
	Total	32.855.495,98€	5.052.105,49€	0,00 €	38.569.720,50€

Quadro 30 - Fundo Patrimonial

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

O custo das matérias consumidas refere-se ao custo de aquisição da água utilizada no serviço de abastecimento de água à população.



MUNICIO DE FOZ CÔA		
	2019	2018
Descrição	Mercadorias	Mercadorias
Inventário inicial	0,00	0,00
Compras de Agua	549 792,32	468 634,56
Regularização de inventários	0,00	0,00
Inventário final	0,00	0,00
Custo das mercadorias vnd e mat consumidas	549 792,32	468 634,56

Quadro 31 - Demonstração do CMVMC

8.2.30 - Não aplicável.

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

ANO 2019

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA - MUNICIPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA Janeiro - Dezembro Pág. 1

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
681 - JUROS SUPOSTADOS	228,23	2.779,05	781 - JUROS OBTIDOS		
682 - PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	294.875,72	
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS			783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS	84.000,00	
684 - PROVISÕES PARA PLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		
685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS		
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	3.153,54	3.697,30	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
RESULTADOS FINANCEIROS	375.493,95	-6.476,35	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS		
Total	378.875,72		Total	378.875,72	

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de _____

Quadro 32 - Demonstração de Resultados Financeiros



8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

ANO 2019

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

Janeiro - Dezembro

Pag. 1

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
691 - TRANSFÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	95.651,95	124.243,93	791 - RESSTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCORRÁVEIS			792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS	848,36	
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS			793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA	2.232,76	
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	99.150,48		794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES		5.000,25
695 - MULTAS E PENALIDADES			795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	11.314,73	13.335,91
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES	178.137,57	14.145,00
697 - CORREÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	7.809,35	604,46	797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES		
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS	2.570,22	239.888,86	798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	803.384,56	977.452,31
EXTRAORDINÁRIOS					
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	790.735,98	645.196,22			
Total	995.917,98	1.009.933,47	Total	995.917,98	1.009.933,47

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ____

Quadro 33 - Demonstração de Resultados Extraordinários

8.2.33 - Provisões e Contingências

Provisões

Nos termos do POCAL, devem ser criadas provisões, sempre que existirem riscos que possam ser seguramente quantificados. O Município, constituiu as seguintes provisões, para ocorrer a riscos identificados e quantificados:



Provisões	Saldo inicial	Aumentos	Utilização	Reversão	Saldo final
Cobranças Duvidosas	9.042,65 €	11.011,11 €			20.053,76€
Processos judiciais em curso	1.066.618,41 €			178.137,57	888.480,34€
Outros riscos e Encargos					
Total	1.072.661,06 €	11.011,11 €	0,00	178.137,57€	908.534,60€

Contingências

O Município tem acionado por terceiros os seguintes processos:

- 1) Proc. nº 2222/13.5BEPRT do TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LISBOA (Ação Administrativa Comum) - valor: 648.236,41€ - aguarda audiência prévia;
- 2) Proc. nº 79/14.8BECTB do TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE CASTELO BRANCO (Ação Administrativa Comum) - valor: 140.679,50€ - aguarda audiência prévia;
- 3) Proc. nº 326/17.4BECTB do TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE CASTELO BRANCO - Ação Administrativa – valor 36.653,43€ - aguarda audiência prévia;
- 4) Proc. nº 55/18.1BECTB do TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE CASTELO BRANCO - Ação Administrativa - valor 17.835,00€ - aguarda marcação de audiência prévia.
- 5) Proc. nº 12952017060000003559 - TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE CASTELO BRANCO - Recurso, Contra - Ordenação Tributaria - valor de 45.076,00 - aguarda marcação de audiência prévia;
- 6) Proc. nº 247/18.3.BECTB do TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE CASTELO BRANCO - Ação Administrativa – ação movida por Jorge Manuel Pais Marçal Liça contra o Município e na qual pede a condenação deste em vários comportamentos - aguarda marcação de audiência prévia;
- 7) Proc. nº 26/19.0T8VLF do JUÍZO DE COMPETÊNCIA GENÉRICA DE VILA NOVA DE FOZ CÔA – Ação de Processo Comum – ação movida por Maria Amélia Andrade Marçal



contra o Município e na qual solicita a anulação de uma escritura de justificação – aguarda sentença;

8) Proc. nº26/19.0T8VLF do JUÍZO DE COMPETÊNCIA GENÉRICA DE VILA NOVA DE FOZ CÔA – Ação movida por Jorge Manuel Pais Marçal Liça contra o Município, e na qual solicita a anulação de uma escritura de justificação - aguarda sentença.

Em 2018, foi efetuada uma provisão pelo valor total de 851.827,41€, referente a estes processos em cumprimento do princípio da prudência preconizado no POCAL, uma vez que não existe segurança absoluta de que o Município não possa vir a ser condenado. No que concerne ao processo nsº.326/17.4 BECTB (36.653,43€), foi efetuado uma provisão pelo valor total, no ano de 2017.

8.3 - NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

8.3.1- Mapa das Modificações ao Orçamento - Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;

8.3.2 - Mapa das Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;

8.3.3 - Mapa da Situação dos Contratos - Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas;

8.3.4 - Mapas de Transferências - Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;



8.3.4.1 - Transferências Correntes - Despesa - **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.4.2.- Transferências de Capital - Despesa **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.4.3 - Subsídios Concedidos - **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.4.4.- Transferências Correntes - Receita **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.4.5.- Transferências de Capital - Receita **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.4.6.- Subsídios Obtidos - **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.5.1 - Ativos de Rendimento Fixo - **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.5.2 - Ativos de Rendimento Variável - **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.6 - Mapa dos empréstimos

8.3.6.1 - Empréstimos;

8.3.6.2 - Outras dívidas a terceiros;

De acordo com a alínea c) do n.º 13 do POCAL, interessa focar a evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo a terceiros (contas 22, 23 e 26), nos últimos 9 anos, individualizando as dívidas a instituições de crédito.

71



ANO	DÍVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZOS								DÍVIDAS A CURTO PRAZO	TOTAL GERAL	% Evolução
	BANCOS E DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO					Acordos de Regularização			OUTROS TERCEIROS		
	CGD	BES	CCA	IGCP	Total dos Emprést.	Águas do Norte	AMDS	Total dos Acord			
2008	1.180.767,11 €	950.874,40 €			2.131.641,51 €	316.365,38 €	226.809,25 €	543.174,63 €	990.143,50 €	3.664.959,64 €	-0,71%
2009	1.321.819,47 €	848.757,51 €	740.217,20 €	162.572,00 €	3.073.366,18 €	189.094,38 €	203.646,29 €	392.740,67 €	1.856.514,96 €	5.322.621,81 €	45,23%
2010	994.635,79 €	780.108,65 €	742.882,09 €	162.572,00 €	2.680.198,53 €	127.271,00 €	630.015,21 €	757.286,21 €	1.211.032,31 €	4.648.517,05 €	-12,66%
2011	825.648,51 €	711.459,79 €	1.107.280,06 €	162.572,00 €	2.806.960,36 €	63.635,50 €	523.833,45 €	587.468,95 €	1.813.364,79 €	5.207.794,10 €	12,03%
2012	657.947,28 €	642.810,93 €	989.735,99 €	162.572,00 €	2.453.066,20 €	671.245,85 €	450.184,56 €	1.121.430,41 €	783.308,02 €	4.357.804,63 €	-16,32%
2013	486.234,41 €	574.162,02 €	865.622,67 €	162.572,00 €	2.088.591,10 €	497.498,15 €	357.759,28 €	855.257,43 €	1.112.661,07 €	4.056.509,60 €	-6,91%
2014	313.210,45 €	505.513,21 €	740.350,16 €	146.314,80 €	1.705.388,62 €	326.721,12 €	266.011,27 €	592.732,39 €	259.924,36 €	2.558.045,37 €	-36,94%
2015	138.700,54 €	436.864,35 €	664.058,10 €	113.800,40 €	1.353.423,39 €	169.632,70 €	173.956,98 €	343.589,68 €	59.823,03 €	1.756.836,10 €	-31,32%
2016	26.410,76 €	364.551,15 €	586.810,42 €	81.286,00 €	1.059.058,33 €	€	82.616,09 €	82.616,09 €	68.106,50 €	1.209.780,92 €	-31,14%
2017	€	292.237,96 €	508.899,13 €	48.771,60 €	849.908,69 €	€	20.654,03 €	20.654,03 €	72.154,63 €	942.717,35 €	-22,08%
2018	- €	219.925,83 €	430.773,71 €	16.257,20 €	666.956,74 €	- €	€	- €	128.412,90 €	795.369,64 €	-15,63%
2019	- €	147.611,58 €	352.629,94 €		500.241,52 €	- €	- €	- €	104.760,47 €	605.001,99 €	-23,93%

Quadro 34 - Dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos

Neste mapa, não só se encontram relatadas as dívidas a fornecedores de médio e longo prazo, como também as dívidas de curto prazo.



Mapa das dívidas a terceiros (descriminado) - Ano de 2019

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS				DATA	ANO	PAGINA
M.F.N. FOZ COA		Período : 2019/01/02 a 2019/12/31				2020/04/17	2019	1
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL			
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR		
22		FORNECEDORES		120.412,90			104.760,47	
22.8		Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		120.412,90			104.760,47	
	1036	TOTAMAT - COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO, UNIPESSOAL LDA		89,99				
	112	CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, SA		611,42			811,68	
	1150	EDP-SERVICO UNIVERSAL, S.A.					229,29	
	116	MEO-SERVICOS DE COMUNICACOES E MULTIMEDIA, S.A.		1.396,95			1.419,88	
	1250	FERNANDO PEIXINHO E JOSÉ LIMA, SROC, LDA.		1.180,80				
	130	PETROLIÇOS DE PORTUGAL- PETROGAL S. A.		5.089,53				
	1335	AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO PARA A SOCIEDADE DA INFORMACÃO E DO CONHECIMENTO					885,60	
	1433	ORCHA PORTUGAL, SOC. UNIPESSOAL LDA.		547,30			4.060,07	
	1534	COMBUSTIVEIS VIDEIRA & FILHOS, LDA					4.531,35	
	17	ROGARDO JOZGE CHEIRO FERNANDES		16,94				
	1989	INFORMACAO-COM.E SERV.ESPEC. DE INFORMÁTICA, LDA		88,41				
	1995	STERICY PORTUGAL, LDA		157,86			12,97	
	1997	ANDRÉO - GESTÃO AMBIENTAL, LDA		29,93			29,93	
	2033	ROYA DAS GRAVURAS UNIPESSOAL, LDA		2.486,76			2.843,98	
	2222	EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, SA		101.724,10			71.440,35	
	2234	FERNANDO POMBINO UNIPESSOAL, LDA		248,16				
	2249	AUTO MECANICA VALE DO CÔA, LDA		147,60				
	2368	GASCAN - GASES COMBUSTIVEIS, S.A.		832,94			816,19	
	2576	JOSÉ & LÓIS - PEÇAS, LDA		92,50				
	2625	BENQUERES CARLOS MARTINS & FILHOS, LDA		79,95			2.358,89	
	2645	AGUAS DO NORTE - GRUPO AGUAS DE PORTUGAL		3.109,63				
	2646	APDL-ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO, LEIXÕES E VIANA DO CASTELO, SA					217,65	
	2656	CINEBOX, LDA					2.306,25	
	2730	ESCALAFIADOS UNIPESSOAL, LDA		121,98				
	2741	PIRTO & CRUZ, SA					1.012,29	
	2754	S BAGOES - SOCIEDADE AGRICOLA, LDA					585,00	
	2781	CLAUDIA CRISTINA MARTINS GONVEIA FERREIRA		443,46			507,17	
	2790	AJGE - INSTITUTO DE PROTECAO E ASSISTENCIA NA DOENCA, I.P.		2.366,29				
	2969	INDIAPACK - COMÉRCIO DE EMBALAGENS LDA					426,81	
	3000	NUNO ALEXANDRE TIAGO TRINCHETA		339,20				
	3169	AROUNDWEEDING UNIPESSOAL, LDA					8.118,00	
	373	SUPERCOA, SUPERMERCADO, LDA		92,01			177,77	
	471	TRANSDEN INTERIOR, S.A.		5.765,50				
	492	LOGOCONTRASTE - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE, LDA					741,08	
	58	RUI COSTA - UNIPESSOAL, LDA		805,65			910,20	
	841	IRTM- LAB. REGIONAL DE TRÁS OS MONTES, LDA		547,96			308,27	
26		OUTROS DEVEDORES E CREDITORES	7.063,53	153.151,99			32.673,91	
26.1		Fornecedores de imobilizado		95.320,99			9.770,99	
26.1.1		Fornecedores de imobilizado, c/c					8.529,84	
	1474	MARUTAN UNIPESSOAL, LDA					1.864,68	
	2969	INDIAPACK - COMÉRCIO DE EMBALAGENS LDA					361,82	
	3029	AMARDO DE JESUS DUARTE, S.A.					2.428,62	
	4	EDP-DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S A					3.874,72	
26.1.7		OUTROS DEVEDORES E CREDITORES/POSSUÍVA		95.320,99			1.241,15	
26.1.7.1		SANTA CASA DA MISERICORDIA DE V. N. FOZ CÔA		49.646,34				
26.1.7.2		ASS. HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS FOZ CÔA		31.028,97				
26.1.7.3		ADEGA COOPERATIVA DO VALE DA TEJA		13.170,43				
26.1.7.4		COOPERATIVA VITICULTORES E OLIVICULTORES DE EMBLETO DE NUNHO		2.234,09				
26.1.7.5		ADEGA COOPERATIVA DE VILA NOVA DE FOZ CÔA		1.241,15			1.241,15	
26.8		Devedores e credores diversos	7.063,53	57.831,00			22.902,92	
26.8.1		DEVEDORES DIVERSOS		51.216,00			17.072,00	
26.8.1.2		CREDORES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS		51.216,00			17.072,00	
26.8.1.2.6		DEVEDORES E CREDITORES DIVERSOS-CREDITORES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS- FAM		51.216,00			17.072,00	
26.8.1.2.6.1		DIVISÃO A CURTO PRAZO - FAM		34.144,00			17.072,00	
	2621	Fundo de Apoio Municipal		34.144,00			17.072,00	
A TRANSPORTAR ...				257.877,88			131.603,46	



EMPRESA		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS		DATA	ANO	PAGINA
M.V.N.FOZ COA		Período : 2019/01/02 a 2019/12/31		2020/04/17	2019	2
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR
TRANSPORTE ...				257.877,88		131.603,46
26.8.1.2.6.2	2621	DÍVIDA A MÉDIO E LONGO PRAZO - FAN		17.072,00		
		Fundo de Apoio Municipal		17.072,00		
26.8.8		OUTROS DEVEDORES	6.223,53			55,92
26.8.8.9		OUTROS DEVEDORES DIVERSOS	6.223,53			55,92
26.8.8.9.2		OUTROS DEVEDORES DIVERSOS-AMERCADO	6.223,53			55,92
26.8.9		Credores Diversos	840,00	6.615,00		5.775,00
26.8.9.9		OUTROS CREDORES DIVERSOS	840,00	6.615,00		5.775,00
26.8.9.9.9		Credores Diversos - Outros	840,00	6.615,00		5.775,00
26.8.9.9.9.1		CREDORES DIVERSOS- INDIVIDUAL - CAUÇÕES CONCESSÃO		6.615,00		840,00
	1519	CELIA MARCA B. BRANCO PEREIRA		3.225,00		
	2622	RUI AUGUSTO MORCA SOARES		2.350,00		
	3011	ALBERTO VALDEMAR SOUSA ELETÉRIO		840,00		840,00
26.8.9.9.9.2		CREDORES DIVERSOS- AGRREGADA - CAUÇÕES CONCESSÃO	840,00			4.935,00
TOTAL ...			7.063,53	201.564,81		127.434,38

Quadro 35 - Outras Dívidas a terceiros 2019

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the number 74.



No gráfico abaixo é relatada a evolução das dívidas de curto médio e longo prazo, nos últimos anos.

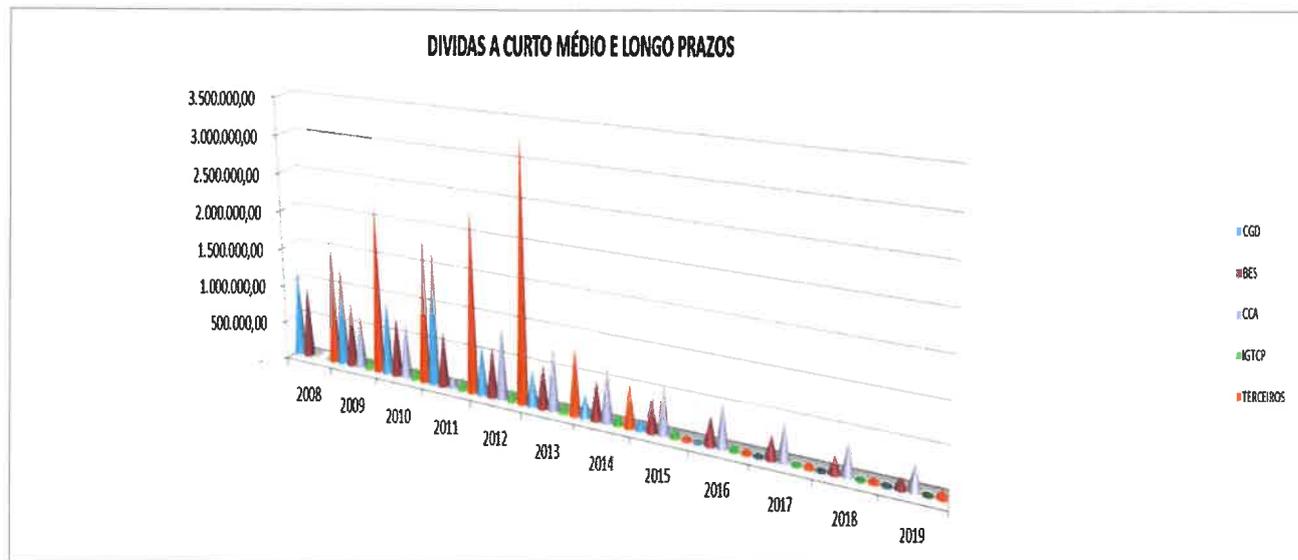


Gráfico 8 - Dívidas a Curto, Médio e Longo Prazos

Em cumprimento do art.º 15º da Lei nº 22/2015 de 17 de março, que alterou e republicou a Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, (LCPA e Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), a seguir se elenca de forma individual, todos os recebimentos e pagamentos pendentes (uma vez que o município não tem pagamentos em atraso) a 31 de Dezembro de 2019, bem como se declara que é nossa convicção que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2019, se encontram devidamente registados no programa contabilístico existente neste município (Anexo I), em compromissos futuros.



Recebimentos e Pagamentos à data de 31/12/2019

RECEBIMENTOS:

Entidade	Nº	Valor
Consumidores de água com pagamentos em atraso	Débitos ao Tesoureiro	20.053,76 €
A receber dos Fundos Comunitários		103.832,61€
	Total	123.886,37€



PAGAMENTOS:

Terceiro	Fornecedor	Referência	Nº Interno	Dt. Emissão	Dias em atraso	Valor	Acordo de Regularização de dívida	S/ Acordos de Regularização de dívida
2621	FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	2015/FAM	3689	2015-12-30	0	34.144,00 €	34.144,00 €	
					Total	34.144,00	34.144,00	0,00

Quadro 36 - Recebimentos e Pagamentos a 31/12/2019



De seguida ilustramos o ponto de situação dos projetos cofinanciados pelos fundos comunitários.

Programa	Designação do projeto	valores aprovados(atualizados)			valores a 31-12-2019					valores por receber ainda não submetido
		investimento elegível	comparticipação	%	faturados	submetidos		recebido	pedidos pendentes por receber	
						investimento elegível	comparticipação			
Norte2020	Centro de saúde de Vila nova de Foz Côa	360.000,00	306.000,00	85%	1.208.741,79	360.000,00	306.000,00	290.699,99	15.300,01	0,00
Norte2020	D2GOV VN de Foz Côa	78.069,07	66.358,71	85%	68.555,77	68.555,77	58.272,40	0,00	58.272,40	8.086,30
Norte2020	Mobilidade urbano -PAMUS	108.213,42	91.981,41	85%	90.377,04	90.377,04	76.820,48	72.979,46	3.841,03	0,00
Norte2020	Novo Mercado Municipal	1.073.138,82	912.168,00	85%	8.227,03	6.435,71	5.470,35	3.648,93	1.821,42	906.697,64
Norte2020	PIICIE	332.493,56	282.619,53	85%	55.151,98	48.916,92	41.579,38	16.981,64	24.597,74	241.040,14
Norte2020	Eficiencia Energetica no sistema de iluminação publica de Vila Nova de Foz Côa	387.665,25	368.281,99	95%	18.813,77		0,00	0,00	0,00	368.281,99
Norte2020	Eficiencia Energetica no Edifício dos Paços do Concelho	141.374,39	134.305,67	95%	18.813,77		0,00	0,00	0,00	134.305,67
Turismo de Portugal	FozCoa Story House	1.959.948,00	400.000,00	20%	85.045,71					400.000,00
									103.832,61	2.058.411,75

Quadro 37 - Posição dos projetos candidatos em 31/12/2019

Note-se que em 31 de dezembro de 2019, o Município tinha a receber de fundos comunitários a importância de **103.832,61 €**. Se contabilizarmos o valor a receber de fundos comunitários, a **descida** real das dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos é de **37,62%**, em vez de **23,93%** (ver quadro 34 - Dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos).

Prazo Médio de Pagamentos								
Anos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Nº de dias	93	39	67	14	23	20	8	6

* Nota: Dados provisórios da DGAL, publicados no Portal Autárquico.

Quadro 38 - Prazo Médio de Pagamentos

Realçamos que pela primeira vez e com todos os constrangimentos que o cumprimento da legislação em vigor nos impõe, este Município obteve em Prazo Médio de Pagamento de 6 dias.

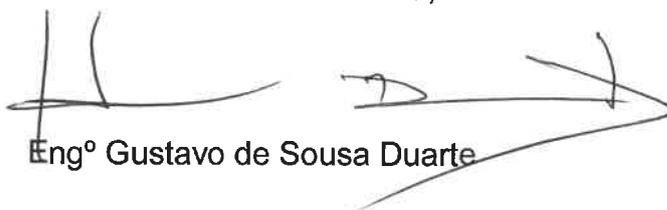


Autorização para Emissão:

As demonstrações financeiras e a execução orçamental foram aprovadas pela Câmara Municipal, órgão competente, no dia ---/05/2020.

Vila Nova de Foz Côa, 08 de Maio de 2020

O Presidente da Câmara,



Engº Gustavo de Sousa Duarte



ANEXO I



80



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
CÂMARA MUNICIPAL

Tel. 279 760 400 * Fax 279 760 438 / 9 * e-mail: correio@cm-fozcoa.pt * www.cm-fozcoa.pt * 5150-642 VILA NOVA DE FOZ CÔA * NIF PT 506 829 197

DECLARAÇÃO

COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Eng.º Gustavo de Sousa Duarte, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, declara para os devidos efeitos e nos termos do disposto na alínea a) do nº1 do artigo 15º da Lei nº 22/2015 de 17 de março, que alterou e republicou a Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA e Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), que este município registou no ano de 2020, os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2019, e é nossa convicção que todos se encontram devidamente registados”.

Paços dos Concelho, 13 de janeiro de 2019.

O Presidente da Câmara,

Eng.º Gustavo de Sousa Duarte

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
DE 21 DE JANEIRO DE 2020

-----Extrato da Ata-----

Declaração sobre Compromissos Plurianuais.

A Câmara Municipal deliberou: Por unanimidade, tomar conhecimento e enviar a presente declaração à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº1 do artigo 15 da Lei nº 22/2015 de 17 de março, que alterou e republicou a Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro.